



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS
E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA

ANDREZA SOUZA RANIERI

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E EROSÃO COSTEIRA: O CASO DE AJURUTEUA,
BRAGANÇA – PA.**

**BELÉM
2018**

ANDREZA SOUZA RANIERI

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E EROSÃO COSTEIRA: O CASO DE AJURUTEUA,
BRAGANÇA – PA.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Área de Concentração: Gestão dos Recursos Naturais

Orientador: Prof. Dr Otávio do Canto

Coorientador: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos

**BELÉM
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719c Souza Ranieri, Andreza.

Conflitos Socioambientais e Erosão Costeira: O caso de Ajuruteua, Bragança - PA. / Andreza Souza Ranieri, . — 2018.

122 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Otávio do Canto

Coorientador(a): Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

1. Erosão Costeira. 2. Conflitos Socioambientais. 3. Cartografia Participativa. 4. Gestão Costeira. I. Título.

CDD 341.3472

ANDREZA SOUZA RANIERI

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E EROSÃO COSTEIRA: O CASO DE
AJURUTEUA, BRAGANÇA – PA.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Área de Concentração: Gestão dos Recursos Naturais

Orientador: Prof. Dr Otávio do Canto

Coorientador: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos

Defendido e aprovado em: 20/12/2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Otávio do Canto - Orientador

Prof. Dr. Norbert Fenzl – NUMA - UFPA

Prof. Dr. Ricardo Folhes- NAEA - UFPA

AGRADECIMENTOS

Desafio tão grande quanto escrever esta dissertação, é agradecer a todas as pessoas que me ajudaram a construir conhecimento até aqui.

Cada mão que contribuiu para construir minha dissertação nunca será agradecida devidamente, porque afinal a maioria das coisas não tem preço. Mas elas me garantem que nunca estive sozinha nesse caminho.

E como diria Leminski “meus amigos quando me dão, deixam na minha, a sua mão.”

Aos meus pais, eu não agradeço, e sim dedico cada página do meu trabalho, o qual, é como se fosse um produto de todo o trabalho deles durante a minha trajetória educacional.

Ao meu irmão, que quando nasceu fez com que tudo que eu fizesse fosse pensado para servir de exemplo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Otávio do Canto, por confiar a mim a missão de levar seu nome neste trabalho e por todo o suporte.

Ao Prof. Marcelo Moreno, pela ajuda em campo, pelas caronas, por acreditar em mim e me confiar essa missão de discutir Ajuruteua, que é mais dele do que minha.

Aos amigos que fiz no NUMA, em especial Irene Guerreiro, Hilário Vasconcelos, Lucyana Barros, Paula Zumeró e Raphaela Leão por cada mão estendida, cada almoço com os pombos e a cada conversa profunda na biblioteca do NAEA.

Aos meus amigos pessoais, que apesar de serem poucos no quantitativo, são muitos no qualitativo. Obrigada por entenderem os dias que me tranquei e não podia participar das reuniões legais com vocês.

À UFRA, o LGAA, à UFPA, ao NUMA, o PPGDAM, a Prefeitura de Bragança, ao secretário de meio ambiente de Bragança e ao GPSA – Amazônia.

A todos os moradores de Ajuruteua, que abriram a sua casa para me ouvir, que me ofereceram café, que pediram para sentar e me contaram um pouquinho da história, foi um prazer! Especialmente ao Neco, que nos deu todo o suporte de campo. E a fé que tenho na energia que Deus representa.

“Aqueles que se sentem satisfeitos sentam-se e nada fazem. Os insatisfeitos são os únicos benfeitores do mundo.”

Walter S. Landor

RESUMO

A erosão costeira na praia de Ajuruteua, vem se intensificando ao longo dos últimos anos. A praia avança em média cinco metros anuais, destruindo as ruas e as casas que ali foram inseridas de forma indevida. Este trabalho objetiva estudar a gestão costeira em Ajuruteua, Bragança – PA, visando criar instrumentos que possam contribuir para minimizar conflitos socioambientais decorrentes do processo de apropriação e uso da praia. Através de três capítulos com temas distintos e que se complementam entre si e mediante análise documental, entrevistas semiestruturadas e campos exploratórios, conseguiu-se levantar os principais atores dos conflitos existentes na região e como eles estão relacionados com a erosão costeira, além da análise do processo de Gestão Costeira municipal e as principais lacunas deste. Atendendo a essas análises foi possível realizar com a comunidade a cartografia participativa como uma ferramenta que representa como a comunidade percebe o seu território e as características significativas dentro do mesmo, identificando os principais problemas e limitações da região. Dentre as limitações, concluiu-se que Ajuruteua sofre com um problema de competências de gestão, visto que, atualmente, não existe um órgão inteiramente responsável pela praia o que acaba gerando um conflito de competências, e influenciando diretamente na comunidade que vive na região, já que nem os próprios gestores tem ciência de quem realmente tem a total responsabilidade da praia. Desta forma, destaca-se a importância deste trabalho, principalmente no que diz a cartografia participativa, visto que esta serve de instrumento para empoderar e fortalecer as comunidades que ali residem.

Palavras chave: Conflitos Socioambientais; Erosão Costeira; Gestão Costeira, Cartografia Participativa.

ABSTRACT

The coastal erosion on Ajuruteua Beach has been intensifying over the last years. The beach advances about five meters annually, destroying the streets and houses that were inserted there improperly. The current work purposes to study the fields of coast line management at Ajuruteua, Bragança – PA aiming to create new instruments that can contribute to building solutions to minimize social and environmental problems arising from the process of appropriation and use of the beach. Through three chapters with distinct and complementary themes and by semi-structured interviews, analysis of documents and exploratory fields, this work has succeeded in pointing the main actors of the conflicts in the region and how they are related to coastal erosion besides the analysis of the process of municipal Coastal Management and of these main gaps. Taking into account these analyzes it was possible to carry out a participatory cartography as a participatory tool of how the community perceives its own territory and the significant characteristics of it. Among such limitations, has been shown that Ajuruteua suffer the issue of management competences since there is currently no body entirely responsible for the beach. This problem rise a conflict in competences influencing directly the community there, in reason of not even the port owners knew who is in charge of the beach. In view of the importance of this work mainly from the participatory mapping that serve as an instrument to empower and strengthen the Ajuruteua community.

Keywords: Socioenviromental Conflitcts; Coastal Erosiont; Coastal Management; Participatory Mapping.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vista aérea da praia de Ajuruteua.....	19
Figura 2 - Unidade Básica de Saúde de Ajuruteua	22
Figura 3 - Representação Simbólica dos atores associados aos conflitos.	28
Figura 4 - Morador tirando a areia de uma duna transportada.	33
Figura 5 - Efeitos da Erosão na Praça Central.....	33
Figura 6 - Vista aérea da Praia de Ajuruteua	42
Figura 7 - Efeitos da Erosão Costeira em Ajuruteua	43
Figura 8 - Praça central no ano de 2018.....	44
Figura 9 - Características dos grupos	49
Figura 10 - Fluxograma de Interações e Conflitos.....	50
Figura 11 - Entrevista de Atores Locais.	56
Figura 12 - Fluxograma Simplificado da Gestão Costeira no Brasil.....	60
Figura 13 - Eventos de destruição com o avanço das marés. A	68
Figura 14 - Reunião sobre o novo projeto de implantação da orla.	71
Figura 15 - Venda de Água em Ajuruteua.....	73
Figura 16 - Lixo na praia de Ajuruteua	74
Figura 17 - Mobilização para a participação da oficina.....	83
Figura 18 - Introdução à cartografia participativa	84
Figura 19 - Realização da Cartografia Participativa	85
Figura 20 - Oficina de cartografia participativa realizada com os moradores da Ajuruteua - PA.....	86
Figura 21 - Visita dos órgãos à praia de Ajuruteua	89
Figura 22 - Área Murucuteua	90

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Localização da Praia de Ajuruteua.....	20
Mapa 2 - Setorização de Ajuruteua	21
Mapa 3 - Plano de Manejo da Resex Caeté Taperaçu	25
Mapa 4 - Avaliação Multitemporal da Praia de Ajuruteua, Bragança - PA.....	34
Mapa 5 - Produto Cartográfico elaborado através da Cartografia Participativa... Erro! Indicador não definido.	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Adaptada do Plano de Manejo da RESEX Caeté-Taperaçu.....	23
Quadro 2 - Causas Antrópicas da Erosão Costeira.....	30
Quadro 3 - Principais atores e as principais ações que podem dar autonomia e amenizar os conflitos existentes.....	47
Quadro 4 - Classificação e atores e descrição dos conflitos e alianças.....	50
Quadro 5 - Instrumentos de operacionalização da gestão costeira no Brasil.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPT- ICMBIO	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
COMPDEC	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPRM	Companhia de Recurso Minerais
GERCO – PA	Coordenação Estadual do Programa de Gerenciamento Costeiro
GPSA	Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LGAA	Laboratório de Geologia e Ambientes Aquáticos
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
PEGC	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PGZC	Programa de Gerenciamento da Zona Costeira
PMGC	Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PMP	Projeto Monitoramento de Praias
PNGC	Política Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRM	Política Nacional de Recursos para o Mar
PPGEDAM	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.
RESEX	Reserva Extrativista
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SIGERCO	Sistema de Gerenciamento Costeiro
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Superintendência do Patrimônio da União

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	18
3	EROSÃO COSTEIRA E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM AJURUTEUA BRAGANÇA – PA.	26
3.1	INTRODUÇÃO	26
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.3	A EROSÃO COSTEIRA EM AJURUTEUA	28
3.4	CONFLITOS SOCIO-AMBIENTAIS	36
3.5	AJURUTEUA E A NATUREZA DO CONFLITO	40
3.6	O “JOGO SOCIAL” DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM AJURUTEUA..	47
3.6.1	Agentes protagonistas do conflito	47
3.6.2	Interações do conflito em Ajuruteua	48
3.7	CONCLUSÕES PRELIMINARES	51
4	A GESTÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DE AJURUTEUA – BRAGANÇA, PA. 53	
4.1	INTRODUÇÃO	53
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
4.2.1	Revisitação ao local de pesquisa	54
4.2.2	Pré-campo e Campo	54
4.2.3	Método de investigação	56
4.3	ZONA COSTEIRA: CONCEITOS E DELIMITAÇÕES.....	57
4.3.1	A Gestão Costeira Nacional	58
4.4	A PRAIA DE AJURUTEUA COMO OBJETO DE GESTÃO EM DISCUSSÃO64	
4.4.1	Histórico de problemáticas	64
4.5	A AUSÊNCIA DE GESTÃO COMO INFLUÊNCIA NOS ASPECTOS FÍSICOS DA PRAIA	72
4.6	CONCLUSÕES PRELIMINARES	75
5	CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO AGENTE DE IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS EM AJURUTEUA, BRAGANÇA – PA.	77
5.1	INTRODUÇÃO	77
5.2	IDENTIDADE TERRITORIAL E TERRITORIALIDADES	78
5.3	CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	80
5.4	METODOLOGIA	82
5.4.2	Cartografia Participativa – Metodologia Utilizada	83
5.4.3	Apresentação da metodologia à comunidade	84

5.4.4	Desenvolvimento da Atividade	85
5.5	RESULTADO E ANÁLISE	86
5.6	CONCLUSÕES PRELIMINARES	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

As zonas costeiras são espaços de transição entre os ecossistemas terrestres e os ecossistemas marinhos, e são compostas de vários elementos integrados a dois sistemas principais: o SISTEMA NATURAL (físico e biológico) e o SISTEMA SOCIOECONÔMICO. Cada um destes subsistemas apresenta uma dinâmica própria e certa vulnerabilidade que estão associadas às suas interações, de forma que um pode alterar ou condicionar a dinâmica do outro (PEREIRA, 2001). São ambientes altamente produtivos, com elevado valor econômico e ecológico, onde diversas comunidades humanas se beneficiam dos recursos naturais e da ocupação do território.

Resultado de longas evoluções, no decorrer de milhões de anos, as zonas costeiras possuem uma imensa complexidade, fruto da integração da hidrosfera, da geosfera, da atmosfera e da biosfera. Essas particularidades podem levar, por um lado, a diversas variabilidades e vulnerabilidades (maiores ou menores), mas também a grandes potencialidades (DIAS. J., 2005).

Os impactos gerados pelo desenvolvimento econômico advindo da ocupação progressiva do espaço costeiro produzem na sociedade a necessidade de utilizar esse espaço de maneira equilibrada e sustentável (MUEHE, 2001). No entanto, a realidade do litoral brasileiro perpassa pela ausência de medidas adequadas para diminuir o impacto nos ambientes costeiros advindos da ocupação.

Sendo o espaço um resultado de um feixe de relações que somam as particularidades (ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais) às demandas do mundo global (CASTELLI, 1975), faz-se necessário uma atenção especial quantos aos tipos de uso ocupação territorial das zonas costeiras, uma vez que as formas de se conceber o território sempre imprimem uma valorização diferenciada da paisagem e da cultura local, com a substituição de hábitos e comportamentos e a implementação de novas formas de apropriação da natureza.

No Brasil, as pressões socioeconômicas na zona costeira vêm desencadeando, ao longo do tempo, um processo acelerado de urbanização não planejada e intensa degradação dos recursos naturais, os quais são uma ameaça à sustentabilidade econômica e à qualidade ambiental e de vida das populações humanas (SOUZA,2003/2004). Entre os 7.400 km de costa brasileira (sem considerar

os contornos de ilhas e baías), a costa amazônica representa cerca de 35% do total, compreendendo os estados do Amapá, Pará e Maranhão, os quais perfazem mais de 2.500 km de extensão, desde o Rio Oiapoque, no Amapá, até a Baía de São José, no Maranhão (ISAAC; BARTHEM, 1995; SOUZA FILHO et al., 2005.)

Neste sentido, se faz necessário entender que o processo de ocupação desordenada intensificou o processo natural da erosão costeira, e como isso tem gerado um conflito pelo uso daquele espaço, além de como todos estes problemas são geridos e como podem ser solucionados. Desta forma, este trabalho tem como objetivo estudar a gestão costeira em Ajuruteua, Bragança – PA, visando criar instrumentos que possam contribuir para minimizar conflitos socioambientais decorrentes do processo de apropriação e uso da praia.

Os objetivos específicos se relacionam com a identificação dos os conflitos socioambientais gerados pelo processo de erosão; uma breve análise sobre o Sistema de Gestão e suas problemáticas face ao processo de erosão e os conflitos socioambientais e um produto final o qual visou mapear os limites da comunidade por meio da cartografia participativa produzindo e disponibilizando instrumentos cartográficos para auxiliar na gestão ambiental da praia de Ajuruteua.

Para que estes objetivos fossem alcançados, este estudo foi dividido em um capítulo introdutório, o qual faz uma breve caracterização da área a ser estudada e três capítulos em forma de artigos científicos. Estes três capítulos possuem uma introdução, o aporte teórico, sua metodologia e os resultados, junto com as conclusões preliminares. No final deste trabalho, será apresentada uma conclusão final única, abordando as três conclusões preliminares.

Os capítulos estruturados na forma de artigo, abordam respectivamente três temas que estruturam a discussão deste trabalho: Conflitos Socioambientais e Erosão Costeira, Gestão Costeira e Cartografia Participativa. Estando conectados entre si, o primeiro aborda a questão da erosão costeira e como isso gerou alguns conflitos socioambientais na praia; O segundo faz uma abordagem geral ao tema da gestão costeira e identifica os problemas advindos da ausência de uma gestão costeira adequada na região; o terceiro e ultimo capítulo, apresenta a cartografia participativa, como um produto e agente modificador da comunidade representada neste trabalho.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, possui extensão territorial de 1,2 milhões de quilômetros quadrados, sendo o segundo maior estado brasileiro em área territorial, e população estimada em 8.513.497 habitantes (IBGE, 2018). Além disso, subdivide-se em 144 municípios e em 6 mesorregiões que são Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste, Baixo Amazonas, Sudoeste e Sudeste paraense.

Neste estudo, tem um importante destaque, a cidade de Bragança, a qual está localizada na mesorregião Nordeste paraense e à margem esquerda do Rio Caeté, sendo uma das cidades mais antigas do estado. De acordo com o IBGE (2017) a extensão territorial de Bragança é 2.091,930 km². A população estimada do município é de 126.436 habitantes (IBGE, 2018).

O litoral do Pará possui a segunda maior área contínua de manguezais do país, com cerca de 389.400 ha e onde vivem cerca de 48% da população do Estado. A zona costeira Bragantina está inserida no maior e mais bem preservado ambiente tropical úmido do planeta, a Região Amazônica, ao longo da costa de manguezais do nordeste do estado do Pará. Esta costa de manguezal é extremamente irregular e recortada, com inúmeras baías e estuários, com cerca de 7.500 Km² (SOUZA FILHO, 2005). Segundo a classificação do IBGE (IBGE, 2012), Bragança se localiza na mesorregião do Nordeste Paraense e esta, na microrregião Bragantina.

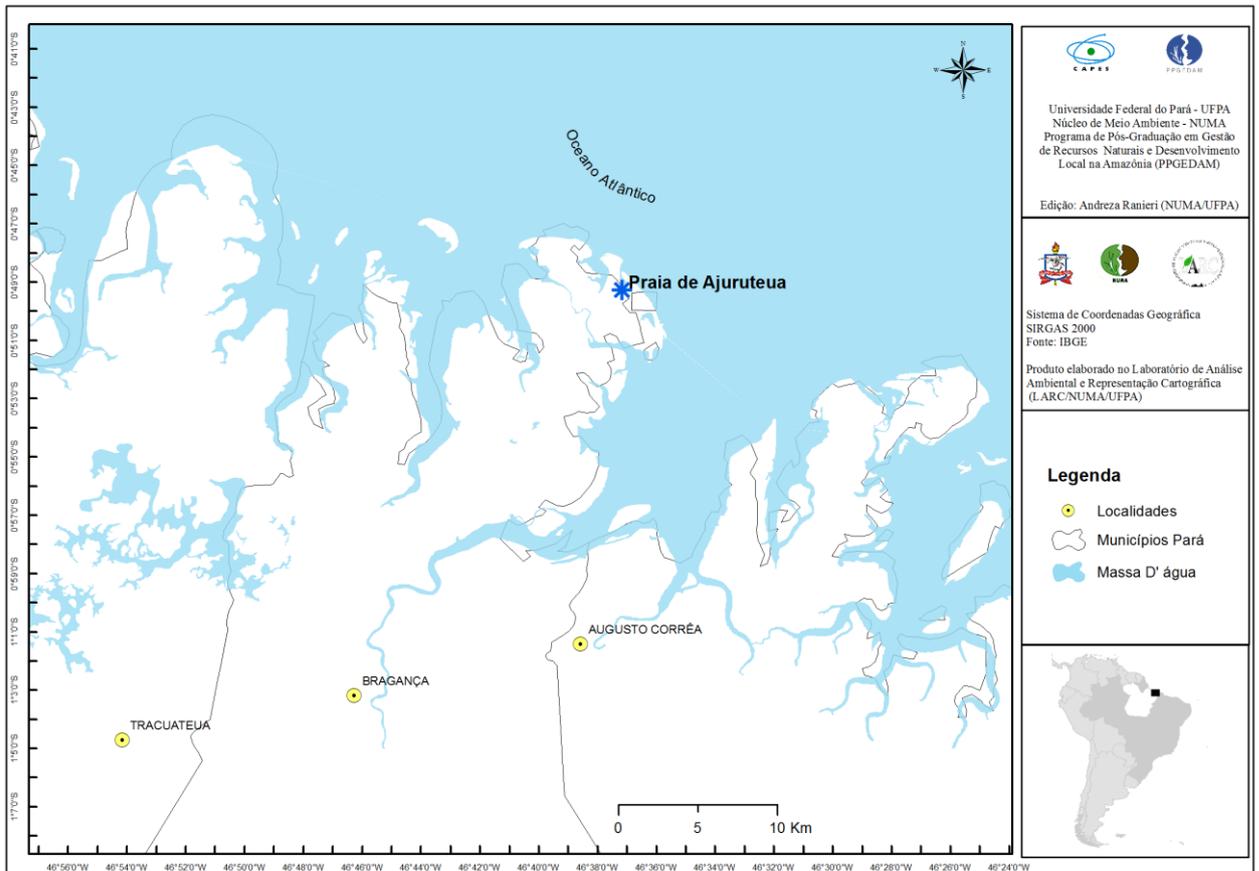
O presente estudo foi realizado em Ajuruteua, distante a 36 km do município de Bragança, com acesso pela rodovia PA-458, que interliga o Estado do Pará, via Município de Bragança, ao balneário. O clima da região é equatorial, quente e úmido, com estação muito chuvosa e estação seca durante o ano. A população local é estimada em 4.135 pessoas, de acordo com os dados levantados na Unidade Básica de Saúde de Ajuruteua.

Figura 1 - Vista aérea da praia de Ajuruteua



Fonte: Laboratório de Geologia de Ambientes Aquáticos, 2018.

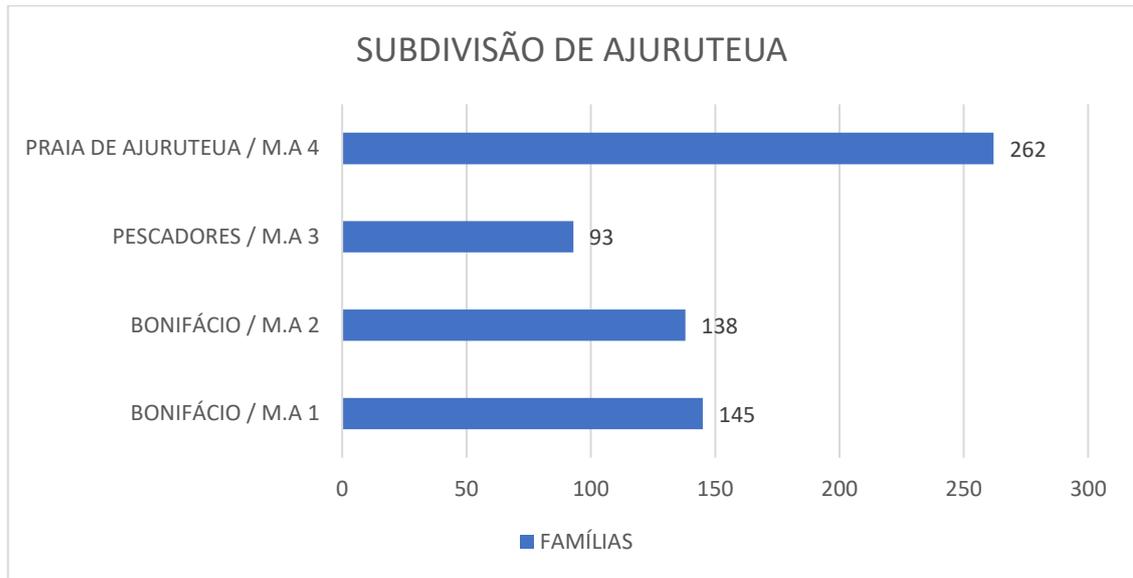
Mapa 1 – Mapa de Localização da Praia de Ajuruteua



Fonte: Elaborado pela autora

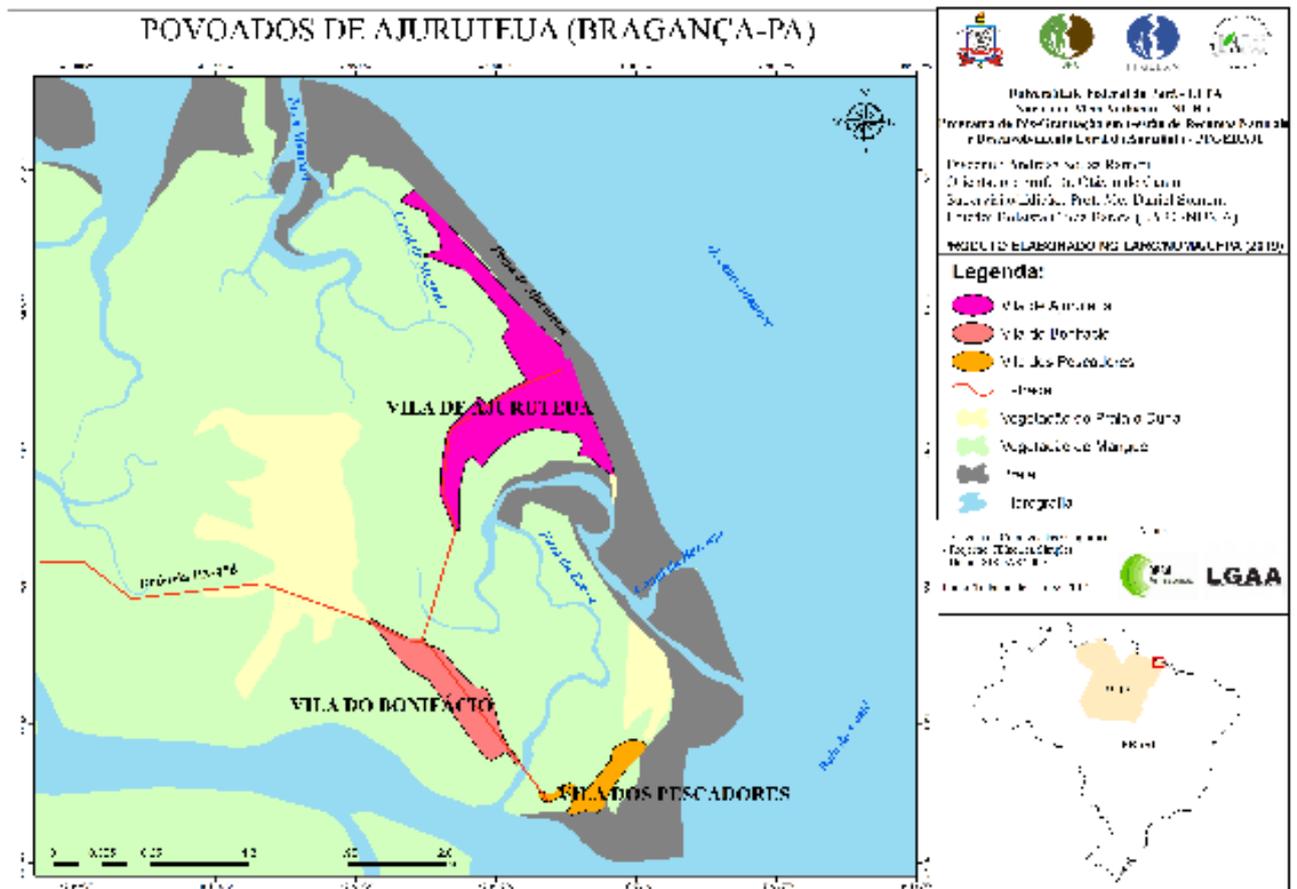
Baseado nestes dados, (Anexo I), Ajuruteua subdivide-se em 4 micro áreas pertencentes à três vilas. As três vilas são: Bonifácio, Vila dos Pescadores e Praia de Ajuruteua. A vila de Bonifácio abrange a micro área 1, com 145 famílias, e micro área 2, com 138 famílias; a vila dos Pescadores pertence a micro área 3, com 93 famílias; e a vila da Praia de Ajuruteua pertencente a micro área 4, com 262 famílias (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Subdivisão de Ajuruteua



Fonte: Elaborado com os dados dos prontuários da unidade básica de saúde de Ajuruteua, 2018.

Mapa 2 - Povoados de Ajuruteua



Fonte: LARC/NUMA;UFPA.

Figura 2 - Unidade Básica de Saúde de Ajuruteua



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Ao redor de Ajuruteua encontra-se a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Caeté Taperaçú. As RESEXs são unidades de conservação que apresentam uma série de particularidades e diferenciais de acordo com o Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei Federal Nº. 9.985 de 2000), como representação de área de domínio público com uso concedido às populações tradicionais extrativistas, permitindo o uso sustentável dos recursos naturais e implantação de estruturas voltada para melhoria de qualidade de vida das comunidades, e possuem Planos de Manejo onde são definidas as normas de uso, o zoneamento das áreas e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, entre outros aspectos (ICMBIO, 2012). Nesta categoria de unidade de conservação também é permitida a visitação pública e a realização de pesquisas científicas. A RESEX em questão possui uma área com extensão de 424 km² e foi criada no ano de 2005 e formado oficialmente pela Portaria ICMBio nº 17 de 24 de setembro de 2007, com a finalidade de contribuir com as ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo e o cumprimento dos objetivos de sua criação, sendo composto por representantes dos órgãos públicos e representantes da sociedade civil.

A mobilização para a criação da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu iniciou-se em 1999, a partir da solicitação de moradores das 37 comunidades associadas aos

estuários da planície bragantina, além de moradores de bairros do núcleo urbano de Bragança e abertura de processo junto ao IBAMA. Tal processo motivou a realização de um grande seminário no município de Bragança, que aconteceu no dia 25 de fevereiro de 2000, no Campus Universitário de Bragança, com participação de alunos da graduação, pós-graduação, ONGs e o próprio CNPT/IBAMA-PA, onde se abordou forma metodológica, processo de criação e implantação das RESEX Extrativista.

A Praia de Ajuruteua encontra-se no polígono de exclusão da RESEX, por um acordo entre o ICMBio e a comunidade local, que necessitava da área para explorar o comércio e o turismo. Porém, mesmo se encaixando como região de exclusão, a área esteve inserida no planejamento e nas oficinas participativas da RESEX.

Durante as oficinas participativas, foi possível fazer um diagnóstico e uma linha do tempo dos acontecimentos da praia, a tabela abaixo, está adaptada com base nas informações do plano de manejo do ICMBio. — Relatório das Oficinas Participativas (ICMBio, 2012)

Quadro 1 - Adaptada do Plano de Manejo da RESEX Caeté-Taperaçu

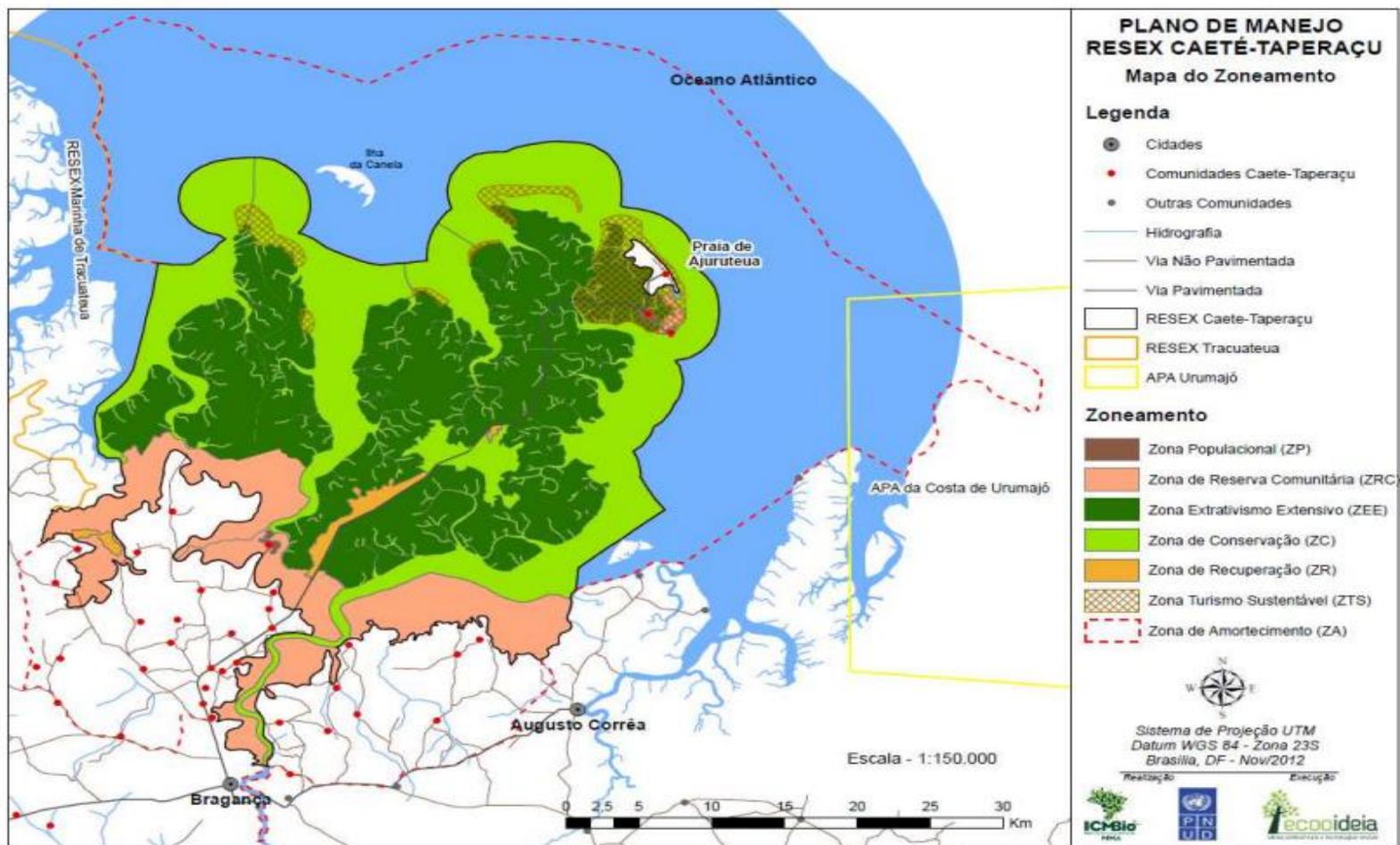
Linha do tempo de acontecimentos na praia de Ajuruteua – 1974 – 2005	
1974	Início do aterramento da estrada PA – 458 Morte de parte do manguezal
1983	Inauguração da estrada PA – 458 Pesca e salga Coletivo
2004	Início das reivindicações dos pescadores Praia recebendo muito turistas e sem estrutura para tal Dificuldade nas pontes de acesso
2005	Aumento no número de barcos em Bragança, de 325 para 496
2006	Diminuição na qualidade dos peixes
2006	Chegada dos cearenses em busca de lagosta
2012	Problema de infraestrutura da praia Má qualidade da água Muito lixo na praia

Fonte: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté – Taperaçu, 2012.

A construção da PA-458, refletiu na intensificação de atividades turísticas na região e uma mudança abrupta em todas as atividades que ali eram realizadas, porém,

a estrutura local continua a mesma desde 2005, com a ausência de um ordenamento territorial adequado e os avanços naturais da praia, os temas discutidos neste trabalho, se dão em função do citado acima.

Mapa 3 - Plano de Manejo da Resex Caeté Taperaçu



Fonte: Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu , ICMBIO, 2012)

3 EROSÃO COSTEIRA E O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM AJURUTEUA BRAGANÇA – PA.

3.1 INTRODUÇÃO

A ocupação desordenada nas regiões de costa é um fenômeno que entra em uma pauta mundial, onde existem, inúmeros problemas referentes à erosão costeira. O crescimento demográfico aliado a uma forte ocupação desordenada provoca inúmeros impactos nesta região, alterando assim, a dinâmica natural da costa e intensificando processos morfodinâmicos, que são considerados como naturais.

Há registro de diversos pesquisadores no mundo acerca deste problema, entre eles: José Luís Martí¹, que há mais de trinta anos se dedica a pesquisar os fenômenos da intensificação da erosão costeira aliada à ocupação e urbanização desordenada na praia de Varadero em Cuba; Javier Alcantara Carrio, que possui estudos nas Ilhas Canárias, na Praia de Arealonga na Galiza, em algumas praias de Valencia na Espanha e também em Sergipe, no Brasil; Enzo Pranzini autor do livro “*Coastal Erosion and Protection in Europe*” que em vinte e dois capítulos, resume o problema da erosão costeira em diversos setores da Europa.

No Brasil, o fenômeno da erosão é registrado em estudos desenvolvidos por Souza (1999), Souza (1997; 2001), Dominguez (1999), Souza & Suguio (2003), Souza *et al.* (2005), Projeto Orla (Brasil, 2006), Mallmann & Araújo (2010), Muehe (2006) dentre outros. Mais especificamente na região do Pará, temos estudos de Slafsztein (2003), El-Robrini (2001), Saldanha (2009) e Alves (2001), Alves *et al.*, 2005, Alves (2007 e 2008), Alves *et al.* (2013), Alves e Valente (2014), Alves *et al.* (2017) o qual se dedica **há** mais de 17 anos nos estudos de erosão e progradação da praia de Ajuruteua.

O crescimento populacional nessas zonas, vem intensificando e causando um desequilíbrio em processos naturais. Dessa forma, entra na pauta científica uma demanda cada vez maior para a melhor compreensão de temas, como as mutáveis

¹ Juanes, J. L., "La erosión de las playas de Cuba. Alternativas para su control". Tesis de Doctorado. Instituto de Oceanología, 1996.

Juanes, J. L., Ramírez, E, y Medvediev, V. S., "Dinámica de los sedimentos em la Península de Hicacos, Cuba 1, Variaciones morfológicas del perfil de playa". Revista Ciencias de la Tierra y el Espacio. (1 O), 1985.

Juanes, J. L., García, C., García, G., "Research and measures far beach preservation: the case of Varadero Beach, Cuba". Conference on Coastal Change. Intergovernmental Oceanographic Commission, Workshop Report (105), Bordomer, France, 233-241, 1995

interações entre a sociedade e a natureza. Dentre essas interações, a relação entre população e ambiente, considerando que os impactos ocorrem nos dois sentidos, esta relação tem sido bastante estudada no âmbito dos estudos sociais que ao longo de várias décadas criaram e trabalharam conceitos capazes de captar a complexidade de tais processos (LUTZ et al., 2002)

Os prejuízos financeiros decorrentes dos danos em construções inadequadamente situadas no espaço dinâmico das praias trouxeram para o meio acadêmico, assim como nos debates políticos, a necessidade de se pensar o planejamento urbano para as orlas costeiras de maneira integrada, assim como a noção de gerenciamento costeiro

Neste sentido, o presente artigo, é relevante principalmente, por documentar um problema que ocorre em toda a zona costeira, porém, por meio de uma abordagem diferenciada, envolvendo o uso dos recursos naturais e suas consequências, e procura entender como o processo de ocupação desordenada intensificou o processo natural da erosão costeira, e de que forma isto fez surgir um conflito pelo uso do espaço.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa, e utilizaram-se visitas *in loco*, análise de dados secundários, principalmente no que diz respeito aos aspectos físicos da praia em questão, observação participante e levantamento bibliográfico.

A identificação dos conflitos auxiliou na forma de refletir sobre o uso dos recursos naturais e como se dá a organização e articulação entre os grupos envolvidos nos conflitos.

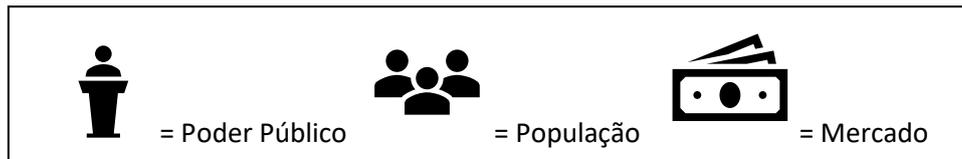
Desta forma, por meio de um levantamento bibliográfico, conseguiu-se avaliar o grau e o início do processo de erosão na Praia de Ajuruteua. E por meio da metodologia experimentada por Assad (2002); Medeiros & Nascimento (2010), Alves, Ribeiro & Miranda (2017) e adaptada para a realidade deste trabalho, em que mediante uma “representação simbólica” consegue-se entender os principais agentes, participações e relações dos diferentes cenários envolvidos.

A Ferramenta metodológica utilizada consiste em uma espécie de “jogo social”, o qual pode ser entregue para os atores do conflito como um produto de

empoderamento e agente, em que o fluxograma consegue identificar as alianças e conflitos entre as partes.

Entrevistas e observações diretas *in loco*, subsidiaram a criação deste fluxograma e do capítulo que sucede. A figura 3 é a representação simbólica utilizada nos fluxogramas associados aos conflitos.

Figura 3 - Representação Simbólica dos atores associados aos conflitos.



Fonte: Adaptado de Medeiros & Nascimento (2010).

3.3A EROSÃO COSTEIRA EM AJURUTEUA

As zonas costeiras, consideradas zonas de transição entre o domínio marinho e domínio continental, são uma faixa dinâmica e complexa, sujeitas a vários fenômenos ambientais. Essa região possui um elevado nível de atratividade, por ser vista, principalmente como fonte de oportunidades. Porém, antes de ser fonte de oportunidades, é também considerada muito vulnerável a eventos naturais, como o que vamos tratar neste tópico.

No Brasil, a linha de costa se prolonga por 8.500 km, incluindo 300 Municípios costeiros além de que, é neste complexo sistema que se concentra 23,58% da população brasileira.(IBGE, 2010). Apesar de serem regiões muito ricas (flora e fauna), Gomes (2007) enxerga a região costeira como um complexo, heterogêneo, frágil, com elevadas oportunidades sociais e econômicas e, por conseguinte, fortemente polarizadores de atividades.

A zona costeira paraense é recortada por várias reentrâncias, formadas por baías fluvi- estuarinas², configurando um litoral de “rias” (figura 1) , que são vales fluviais afogados. (SOUZA FILHO, 1995). Essa formação de rias está associada a uma série de ilhas, canais e baías e a interação entre esses fenômenos com a ação das ondas, ventos e mudanças no nível do mar é uma das responsáveis pelos efeitos transformadores na costa paraense. (MUEHE, 2005; TESSLER e GOYA, 2005).

² Região mais interna do estuário

Localizada na região do Salgado Paraense, litoral nordeste do estado do Pará, a praia de Ajuruteua está situada a 36 km do município de Bragança e 258 km da capital, Belém. Esta praia de, aproximadamente, 2,5 km de extensão vem enfrentando um progressivo recuo na linha de costa, decorrente dos processos erosivos que predominam na região.

A praia de Ajuruteua, até o início da década de 70 encontrava-se praticamente inabitada, e era apenas frequentada por pescadores que ali trabalhavam e por alguns visitantes que se arriscavam a conhecer o local por via marítima (CARVALHO, 2000). A construção da rodovia estadual PA-458 (com 36 km de extensão dos quais 20km cruzam manguezais) entre a cidade de Bragança e Ajuruteua começou a ser construída em 1975 e foi concluída em 1984, Alves (2014) elucida que as razões pelas quais levaram sua criação foram o desejo em desenvolver o turismo na Região do Salgado e a vontade de conduzir Bragança ao “progresso e desenvolvimento” socioeconômicos.

A partir da construção da PA-458, deu-se início ao processo de ocupação da praia, porém a falta de planejamento sobre o uso e ocupação costeira, juntamente com toda a carga de infraestrutura que o sistema exige para gerar lucros, acarretou uma série de transformações, tanto no meio ambiente quanto na qualidade de vida da população local.

Segundo o CPRM (2015) cerca de 200 imóveis estão em área de alto e muito alto risco em Ajuruteua/PA, e segundo a COMPDEC (2016), trinta e sete (37) locais já foram notificados, por estarem localizados em áreas de risco, e em sua maioria, vinte e dois (22) imóveis são estabelecimentos comerciais, pousadas e restaurantes que geram renda aos moradores locais.

A ocupação urbana da zona costeira em processo acelerado é um dos maiores fatores do impacto ambiental a orla marítima. Dessa forma, a alta densidade populacional, o limitado espaço costeiro e a diversidade de habitats marinhos e terrestres associados a diversos interesses sociais e econômicos geram um alto potencial para conflitos sobre os espaços e recursos pesqueiros. (KULLENBERG, 2001).

Na literatura encontram-se diversos autores, que tratam dos problemas deste complexo natural, e de modo geral, todos defendem a ideia de que estes principais

problemas são provenientes – ou agravados, pela intervenção humana. Quando falam de problemas nas regiões litorâneas do Brasil, é importante lembrar que devido principalmente a forma desordenada de ocupação nesta região, há um predomínio do processo de erosão costeira sob o processo de progradação da linha de costa, gerando uma destruição tanto dos habitats quanto dos recursos naturais.

A erosão costeira é um fenômeno natural, porém, quando causa prejuízos físicos e econômicos para as comunidades da costa (MUEHE, 2006) deve ser enfrentada também como um fenômeno social, principalmente por conta das consequências negativas que ela pode trazer para a comunidade local a qual conforme cresce, possui um aumento significativo nos relatos sobre erosão.

De acordo com Souza (2009), as causas antrópicas da erosão costeira são:

Quadro 2 - Causas Antrópicas da Erosão Costeira

Causas Antrópicas da Erosão Costeira	
1	Urbanização da orla, com destruição de dunas e / ou impermeabilização de terraços marinhos holocênicos e eventual ocupação da pós-praia.
2	Implantação de estruturas rígidas ou flexíveis, paralelas ou transversais à linha de costa: espigões, molhes de pedra, enrocamentos , píers , quebramares, muros , etc., para "proteção costeira" ou contenção/mitigação de processos erosivos costeiros ou outros fins; canais de drenagem artificiais.
3	Armadilhas de sedimentos associadas à implantação de estruturas artificiais, devido à interrupção de células de deriva litorânea e formação de pequenas células.
4	Retirada de areia de praia por: mineração e/ou limpeza pública, resultando em déficit sedimentar na praia e/ou praias vizinhas.
5	Mineração de areias fluviais e desassoreamento de desembocaduras; dragagens em canais de maré e na plataforma continental: diminuição/perda das fontes de sedimentos para as praias.

6	Balanço sedimentar atual negativo de corrente de intervenções antrópicas
7	Conversão de terrenos naturais da planície costeira em áreas urbanas (manguezais, planícies fluviais/ e lagunares, provocando impermeabilização dos terrenos e mudanças no padrão de drenagem costeira (perda de fontes de sedimentos).

Fonte: (Souza et al., 2005; Souza, 2009)

Dentro dessas causas antrópicas, em Ajuruteua, encontra-se principalmente a questão da urbanização da orla, com destruição de dunas e/ou impermeabilização de terraços marinhos holocênicos e eventual ocupação da pós-praia e a conversão de terrenos naturais da planície costeira em áreas urbanas (manguezais, planícies fluviais/ e lagunares, provocando impermeabilização dos terrenos e mudanças no padrão de drenagem costeira (perda de fontes de sedimentos) – que é o caso da retirada do manguezal para a construção da PA 458.

O livro “Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro” (Muehe, 2006), que partiu da iniciativa do MMA (Ministério do Meio Ambiente) faz um levantamento sobre toda a região costeira nacional, e os processos erosivos se mostram presente em todos os estados. Souza (2009) afirma que com o crescimento populacional, principalmente nas zonas de costa, é certo de que nas próximas décadas esse fenômeno deverá se intensificar em todo o mundo, e poderá provocar o desaparecimento de vastas áreas e até de países inteiros (os chamados países-ilha).

A praia de Ajuruteua, localizada no NE do estado, tem apresentado um alto potencial de erosão e é caracterizada principalmente por ser dominada por macromarés semidiurnas³ que variam de quatro a seis metros (ALVES, 2001). A praia é uma zona de proteção que contém a ação das ondas que são destrutivas, sendo um dos ecossistemas mais frágeis do planeta. As praias dominadas por flutuações de macromarés no Brasil possuem distribuição no nordeste Paraense, que ocorre também do litoral sul ao cabo norte do Amapá e ao Estado do Maranhão que são caracterizados por marés de amplitudes maiores que quatro metros (MUEHE, 1998).

³ Segundo FLORENZANO (2010), macromarés são marés com amplitudes maiores que quatro metros, mas que podem ser tão altas quanto 16m.

Além dos problemas de causa natural, esta região foi ocupada de uma forma rápida e desordenada, onde muitas habitações foram construídas sob dunas móveis. Este alto potencial erosivo, aliado a intensa ocupação, transformou a praia de Ajuruteua, em uma região de alto a muito alto risco a erosão costeira, como mostra o parecer técnico do Ministério Público Federal (2015):

Esta alta variabilidade natural da praia, pode ser potencializada pela ocupação antrópica e tornando-se problemática para o próprio uso e ocupação desordenada.

Informa que partir das informações acima e com base nos dados de campo, relatos da população e análise de imagens, a praia de Ajuruteua, foi considerada como área de Alto a Muito Alto Risco a erosão costeira, caracterizada pelo recuo da linha de costa natural ao mesmo tempo que provoca a destruição e desestruturação de moradias e estabelecimentos comerciais localizados próximo a praia.
(Parecer Técnico, MPF, 2015, p. 17)

Desta forma, a erosão na região da Praia de Ajuruteua, a qual no início de sua ocupação era considerada como normalidade, hoje, passa a incrementar riscos para a comunidade ao entorno do fenômeno.

Figura 4 - Morador tirando a areia de uma duna transportada.



Fonte: Acervo da autora, 2018.

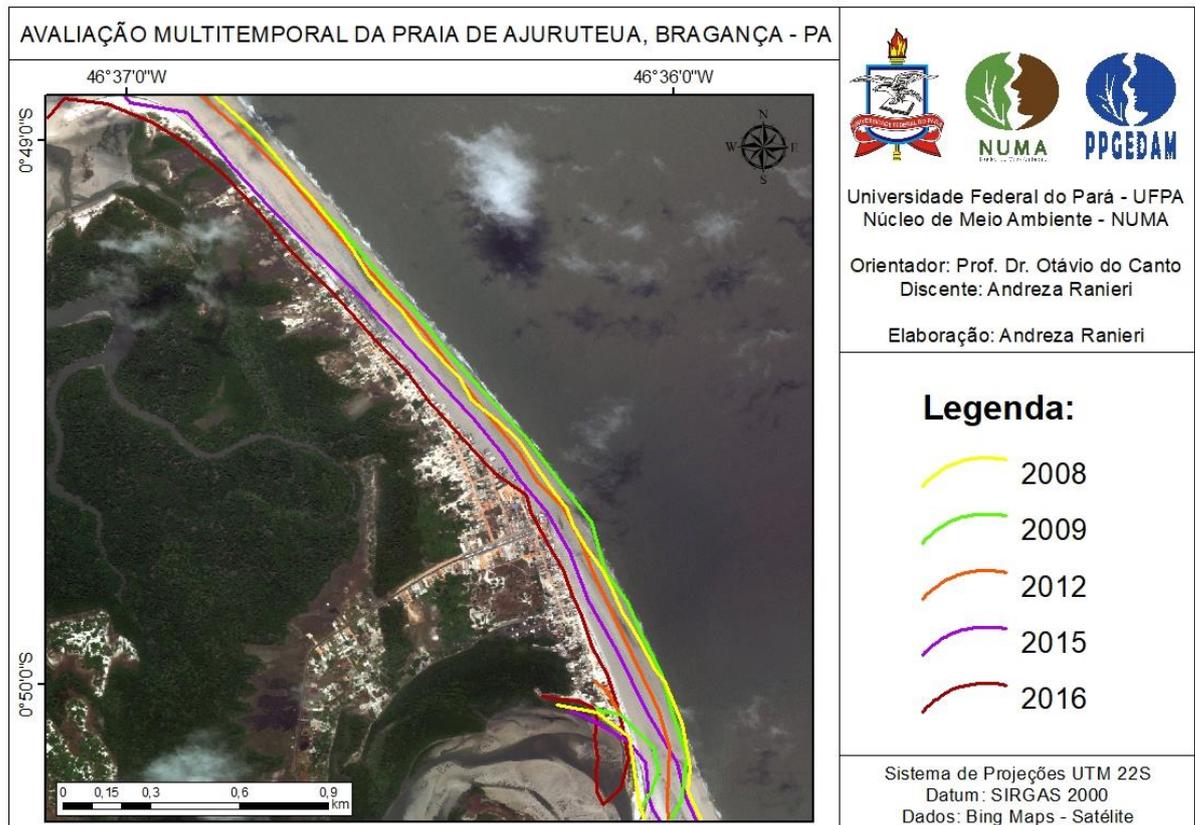
Figura 5 - Efeitos da Erosão na Praça Central



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Em oito anos (2008 – 2016)⁴, a região apresentou um recuo de 56,2m (Mapa 4) e vem destruindo muitos estabelecimentos (casas, bares, restaurantes). Porém, é importante salientar que essa destruição só ocorre devido a construção de estruturas dispostas perpendicularmente a linha de costa.

Mapa 4 - Avaliação Multitemporal da Praia de Ajuruteua, Bragança - PA



Fonte: Elaborado pela autora.

Para que se entenda como as áreas costeiras são afetadas por atividades antrópicas, é necessário conhecer qual a origem dos sedimentos costeiros, que está relacionada principalmente com a erosão de áreas continentais e ao transporte fluvial dos sedimentos. Nichols & Corbim (1997). Ao observar-se os ambientes costeiros da planície Bragantina, percebe-se que estes, constituem um sistema dinâmico. Logo,

⁴ Dados coletados pelo Laboratório de Geologia de Ambientes Aquáticos - Universidade Federal Rural da Amazônia.

qualquer impacto antrópico que modifique essa dinâmica natural, afetará os processos costeiros que já atuam na localidade.

A Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, considera a área de dunas de Ajuruteua como uma área de preservação permanente e inadequada a ocupação, justamente para garantir uma exploração sustentável e que estes problemas decorrentes fossem evitados. Por serem formações de acúmulos de sedimentos, as dunas tornam-se imprescindíveis na manutenção direta das faixas de praias, por meio do fornecimento contínuo de grãos, diminuindo, assim, a possibilidade de erosão destas.

Em 2002, mais precisamente em 20 de março, o CONAMA publica a Resolução CONAMA nº 303 (MMA, 2012b), que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, trazendo de forma pioneira, as dunas móveis enquanto APPs. Exemplos dessa atenção e interesse são apresentados nos considerandos acrescentados posteriormente pela Resolução CONAMA nº 341/2003 (MMA, 2012c), que dizem:

Considerando a função fundamental das dunas na dinâmica da zona costeira, no controle dos processos erosivos e na formação e recarga de aquíferos; (considerando acrescentado pela Resolução nº 341/03);

(...)

Considerando a excepcional beleza cênica e paisagística das dunas, e a importância da manutenção dos seus atributos para o turismo sustentável; (considerando acrescentado pela Resolução nº 341/2003);

Com o estabelecimento das áreas de dunas móveis como áreas de preservação permanente, esse ambiente estaria legalmente protegido do uso e ocupação, pois, como afirma (ARAÚJO, 2002), o regime de proteção das APPs é bastante rígido: a regra é a da intocabilidade, admitida excepcionalmente apenas nos casos de utilidade pública ou interesse social legalmente previstos. O que não ocorre em Ajuruteua, visto que boa parte das residências, encontram-se sob áreas de dunas móveis.

O problema causado pela erosão costeira pode ser caracterizado, sob o ponto de vista do planejamento e da gestão, como um conflito de uso do espaço, nesse caso, de uma linha de costa móvel. A configuração desse conflito se dá, basicamente, por meio da oposição das forçantes ambientais e das tendências de uso e ocupação antrópica desse espaço. De um lado, a natureza age movendo a linha de costa de

modo que se adapte a tempestades, balanço de sedimentos e elevação do nível do mar; e, do outro, o ser humano age para fixá-la, no intuito de proteger o patrimônio construído e ameaçado pela erosão. (KOERNER et al., 2013).

3.4 CONFLITOS SOCIO-AMBIENTAIS

Entre o final da década de 60 e o início da década de 70, os conflitos começaram a serem vistos sob outra perspectiva, os quais envolviam tanto o desenvolvimento social, os recursos naturais e a sustentabilidade. Estes conceitos foram inseridos na agenda mundial, graças a criação do Clube de Roma, em 1968 e da realização da primeira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo 1972.

Junto das catástrofes ambientais e sociais que ocorriam na época, tornou-se indispensável à promoção de ações e políticas internacionais e nacionais que objetivassem a preservação e conservação dos recursos ambientais. Desta forma, Brito et.al (2011) chama atenção de que as proposições clássicas disponíveis no arcabouço teórico das ciências econômicas não apresentavam alternativas capazes de associar, desenvolvimento socioeconômico e preservação dos recursos naturais.

Com a concepção na década de 80 do termo *desenvolvimento sustentável*, foi possível estabelecer uma relação de coexistência entre os dois maiores problemas mundiais da época: o crescimento econômico desenfreado e o desenvolvimento de recursos naturais de uma forma sustentável. Desta forma, surge um novo arquétipo, delineado em uma nova relação homem-meio ambiente, a qual proporciona um progresso humano pautado nos limites da natureza e procura harmonizar a relação do homem com a natureza e as relações sociais.

Este novo padrão econômico, ao ser praticado em comunidades evidenciou os conflitos socioambientais, principalmente no que diz a gestão de recursos de uso comum e acabaram surgindo em função das diferentes visões destes usos em um mesmo espaço. A partir daí, houve a necessidade de entender e conceituar o conflito socioambiental, o qual hoje, se caracteriza por uma série de definições.

Henri ACSELRAD (2004) define os conflitos ambientais como os que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem ameaçada a

continuidade de suas formas de apropriação, por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – em decorrência do exercício das práticas de outros grupos.

Canto (2012) adverte que para se compreender a essência dos conflitos socioambientais é preciso considerar o espaço geográfico onde eles ocorrem, independentemente da sua escala de grandeza, que inclusive pode ser planetária.

O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes. (ACSELRAD, 2004, p.54)

Para Acselrad os conflitos socioambientais são constituídos por quatro dimensões distintas: a apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade. Essas dimensões são fundamentais para apreender a dinâmica conflitiva, frente aos diferentes modelos de desenvolvimento.

Além das quatro dimensões, Acselrad evidencia os conflitos classificando-os em duas formas: Conflito por distribuição de externalidades os quais ocorrem a partir de dificuldades dos geradores de impactos externos assumirem a responsabilidade pela consequência de suas ações e os conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais que decorrem das dificuldades de se definir as propriedades sobre o recurso.

A questão ambiental analisada sob essa orientação põe no seio do debate as diferentes práticas sociais, relativizando a noção de meio ambiente, que deixa de ser tomada unilateralmente, para ser compreendida na complexidade das situações apresentadas e vivenciadas pelos diversos agentes sociais que dele se apropriam (ACSELRAD, 2004a).

A análise de Acselrad permite assimilar o conflito socioambiental compreendendo o conjunto dos sujeitos envolvidos, estes, que geralmente estão situados em um plano de relações sociais e em um dado espaço.

Wanderley (2011) enfatiza que no conflito ambiental, o território tem que ser visto como o objeto em disputa, e não como arena, pois não há a possibilidade de utilização ou significação dos recursos naturais e do espaço geográfico sem o controle dos limites territoriais. Os indivíduos dão significados ao território, que ao mesmo

tempo serve de suporte aos recursos naturais a serem apropriados. Na esfera do conflito ambiental, o ator que impõe suas práticas espaciais é quem detém o controle sobre o território, isto é, quem exerce o poder.

Para Zhouri e Lachefski (2010) existem três tipos de conflitos ambientais: i) os distributivos; ii) os espaciais; e iii) os territoriais. Os autores defendem que a questão territorial faz parte de muitos conflitos que envolvem a relação de poder e meio ambiente.

Os conflitos distributivos “indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e utilização dos recursos naturais”. Por isso, em contraponto, “os grupos tradicionais persistem na luta pelo reconhecimento dos seus modos de vida e o direito a autonomia” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 18). Existem, por exemplo, várias situações em que os diferentes grupos sociais, visando assegurar a sua reprodução material, lutam por recursos naturais como água, energia e terras.

Os espaciais ‘são aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água, etc.’ (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 21). São conflitos de impactos internacionais, que contribuíram para o surgimento dos movimentos ambientalistas das décadas de 1970 e 1980. Já os conflitos territoriais são marcados de situações em que existem sobreposições de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23).

De acordo com Zhouri e Laschefski (2010), “o Brasil, ao final da primeira década do novo milênio, encontra-se marcado pelo ressurgimento de velhos conflitos em torno à temática socioambiental” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.15), isso tem ocorrido pelo fato da existência de uma “contraposição latente, mas camuflada nas últimas duas décadas (...) pelo pretendido consenso gerado pela noção de desenvolvimento sustentável.” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.16).

Em vários casos analisados, viu-se que, seja pela ação do Estado, seja pelas consequências das atividades econômicas voltadas à acumulação de capital, a sustentabilidade das práticas de reprodução material e simbólica de diferentes populações vê-se ameaçadas. Em geral, essas populações constituem-se em agentes de conflitos ambientais, articulando variadas estratégias de resistências. A presença do Estado, nos diferentes casos, mostra-se carregada de dubiedade: de um lado, surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram os conflitos

ambientais; de outro, surge como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010, p.17).

Zhour e Lachesfiski (2010) dão importância para a pluralidade e pela diferença dos atores destes conflitos, além das diferenças entre o modo de viver e de pensar o mundo, e assim projetar um futuro.

Ribeiro (1995) acredita que os conflitos, em especial aqueles que tratam dos recursos naturais e ambientais, possuem algumas particularidades, como, por exemplo, a existência de impactos de atividades socioeconômicas, as quais possuem consequências negativas ao ambiente natural, influenciando diretamente no sujeito que participa deste conflito. Seja por meio da degradação, do desequilíbrio ambiental, da destruição de áreas físicas, ao desaparecimento de algumas espécies, etc.

Ribeiro (1995) ainda utiliza do conceito de espaço público, como um bem coletivo e sendo assim, os atores ao se sentirem parte daquele espaço, entram em confronto para que consigam alcançar seus objetivos, criando uma disputa, ou seja, o conflito. Ainda em Ribeiro, o que chama atenção é a sua “crítica” a *proteção ambiental*, a qual defende que a mesma pode ser ao mesmo tempo solução e causa para determinados problemas, dependendo muito de como essa proteção é instalada e como esse conceito de conservação é construído junto aos atores do conflito.

De uma forma mais simples, Carvalho & Scotto (1995) analisam o conflito socioambiental, primeiramente como um conflito social no qual há uma luta de interesses distintos – de um lado o controle do recurso natural e de outro o uso do meio ambiente. É um conflito, em que o cerne está nos seus recursos naturais.

As autoras, também diferenciam os problemas ambientais de conflitos socioambientais e afirmam que o problema ambiental é uma situação em que há risco e dano, porém não há uma reação por parte dos atingidos. Já o conflito socioambiental, é defendido pelas autoras de uma forma em que dois atores se encontram em oposição em função da gestão ou utilização de um certo ambiente. Logo, pode-se inferir que o conflito visto ao olhar de Carvalho & Scotto, nada mais é do que quando um ator social se encontra em oposição conscientemente com o outro, em função de objetivos diferentes o que conduz a um conflito de opiniões e interesses.

Dada as explicações, observar-se que os conflitos socioambientais ocorrem principalmente pela apropriação dos recursos naturais, por problemas territoriais, ou pela disputa em que os recursos que antes eram explorados apenas por um grupo local, passam a ser objeto desígnio de grandes empreendimentos os quais geralmente ao chegar no espaço, que antes era ocupado pelos grupos locais tentam mudar esta realidade, seja interferindo na economia, na sociedade e no modo de vida local, tentando inserir as suas organizações políticas, sociais e econômicas em uma sociedade que já estava estruturada.

Posto que os conflitos socioambientais estejam sendo disseminados por todos os lugares do mundo, independente da escala, todos os autores partem de um único princípio: o recurso natural e o território como provocadores de conflito. Dois problemas em que na região a ser estudada no tópico a seguir, tem se mostrado de total relevância para o surgimento de conflitos.

3.5 AJURUTEUA E A NATUREZA DO CONFLITO

Leite Lopes (2006, p. 34-36) utilizou o neologismo “*ambientalização*⁵” para contextualizar o processo histórico em que o meio ambiente, dentro dos conflitos sociais, passa a figurar como uma nova questão social, uma nova questão pública. Desta forma, a questão ambiental passou a ser uma fonte de contestação e lutas pelos diferentes grupos sociais. Sendo hoje, um importante condutor do comportamento da sociedade influenciada por ela.

Apesar das preocupações ambientais, a crise ambiental é difundida principalmente pela ideia de escassez de recursos naturais, os quais são utilizados ao extremo no modelo de produção que se vive na atualidade. Essa falta de recursos, seja pelo seu uso indiscriminado ou pelo uso crescente, faz com que surjam cada vez mais o seu acesso e controle, gerando os chamados conflitos ambientais.

⁵ Segundo José Sérgio Leite Lopes, o termo “*ambientalização*” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Assim, os termos “*industrialização*” ou “*proletarização*” (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “*desindustrialização*” e de “*subproletarização*” desde o final do século XX. [...]

O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da “*ambientalização*”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “*meio ambiente*”.

Em Ajuruteua a ocupação desordenada tem provocado danos à comunidade desde a década de 70. A abertura da PA- 458, a qual comunica a cidade de Bragança a Ajuruteua promoveu uma ocupação rápida e irregular que aliada à falta de uma política habitacional eficaz, provocou ao longo do tempo uma situação de uso e ocupação do solo em áreas naturalmente de riscos⁶ à habitação humana, o que foi agravado, sobretudo, pela constante retirada das dunas principais da praia o que deixou o local sujeito a erosão. Desse modo, áreas que deveriam estar protegidas em virtude de serem classificadas como áreas de proteção permanente foram ocupadas.

É conhecido que zonas costeiras tendem a sofrer inúmeros impactos com as alterações climáticas. Alteração como a elevação do nível do mar tem gerado efeitos diretos na costa local, agravando o processo de erosão, porém, para além das condições climáticas a região de Ajuruteua, frente a sua ocupação desordenada, sofreu inúmeras alterações, não só geofísicas (desaparecimento da linha de costa, retirada da areia da praia), mas também artificiais (construção de casas e pontos comerciais em locais indevidos) e socioeconômicas (mudança de atividades como pesca por novas atividades como o turismo, lazer etc).

Ao longo do tempo, atividades tradicionais – como a pesca – foram sendo abandonadas, principalmente em função de atividades novas como o turismo; a intensa movimentação de pessoas na praia; a carga de poluição junto da intensa ocupação da faixa de areia, obrigaram a comunidade pesqueira a abandonar a sua principal atividade e já no final do século XX, Ajuruteua encontrava-se completamente habitada (Figura 5) e com inúmeros pontos comerciais, bares, pousadas etc.

A população local tinha como fonte de renda principal a pesca a partir de recursos extraídos do manguezal e da praia. Hoje, o comércio (como bares, pousadas e outros) é predominante, porém se tornam mais lucrativos no período seco, principalmente no mês de julho devido ao maior fluxo de visitantes. Porém, estes, exercem uma sobrecarga sobre a pouca infraestrutura disponível, juntamente com a ocupação desordenada da área, a praia passou a possuir alguns problemas de caráter socioambiental e redução de recursos naturais que beneficiavam economicamente a

⁶ Riscos ambientais, segundo Veyret (2003), são aqueles que resultam da associação entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território.

população local como as modificações na morfodinâmica e dinâmica sedimentológica da praia. (GUIMARÃES, 2005)

Figura 6 - Vista aérea da Praia de Ajuruteua



Fonte: Souza Filho, 2001

A praia de Ajuruteua, foi vítima de uma rápida ocupação, onde em um curto período de tempo, surgiram inúmeras construções em áreas como manguezais, campos de dunas móveis e faixas de areia resultando em uma perda anual de aproximadamente⁷ cinco metros ocasionada pela erosão costeira colocando em situação de risco a população que ali reside.

Os efeitos da erosão são variados e intensos, além de danos geofísicos, o problema nesta região tem causado danos nas redes de água, eletricidade e pavimentação. Não se pode deixar de citar a depreciação imobiliária que causou um decréscimo de arrecadação no local, a diminuição do turismo, por conta do aspecto visual (Figura 6) da praia e conseqüentemente a perda econômica daquela comunidade.

Santos e Moreira (2013), enfatizam que existem diferentes territorialidades que se instalam na praia de Ajuruteua ao longo do ano como: o turista esporádico, o turista local, o morador, o pescador, o curralista, o comerciante, empresário do ramo

⁷ Informação fornecida pelo Laboratório de Geologia e de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal Rural da Amazônia.

hoteleiro, empresário do setor de alimentos e bebidas etc. Esses usos impactam o ambiente natural diferenciadamente, uma vez que, cada agente tem uma lógica de produção e reprodução social, econômica e cultural distinta.

Figura 7 - Efeitos da Erosão Costeira em Ajuruteua



Fonte: Jornal Diário do Pará, 2014.

Figura 8 - Praça central no ano de 2018



Fonte: Acervo da autora, 2018

Dentro deste contexto, Kullenberg (2001) afirma que a ocupação urbana da zona costeira em processo acelerado é um dos maiores fatores do impacto ambiental a orla marítima. A alta densidade populacional, o limitado espaço costeiro e a diversidade de *habitats* marinhos e terrestres associados a diversos interesses sociais e econômicos geram um alto potencial para conflitos sobre os espaços e recursos pesqueiros.

Os estabelecimentos que não são destruídos pelos processos dinâmicos locais são facilmente desmontados e transportados para locais mais protegidos, uma vez que a grande maioria é construída em madeira, passando a ocupar áreas de dunas ou manguezal infringindo a legislação federal e gerando uma disputa por espaço já que no geral, estes “novos” locais estão sendo ocupados por outras pessoas.

Maria Cristina Maneschy, no livro “Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada”, em 1995, já dava ênfase para o problema de ordem territorial em Ajuruteua. Segundo a autora, as comunidades se sentiam inseguras sobre o tempo

de existência da vila dado o avanço da erosão e da maré e tinham no poder público a esperança de um dia serem transferidos para um local mais seguro.

O espaço definido por Santos (1978) como o conjunto de relações realizadas mediante funções e formas apresentadas historicamente tanto por processos do passado como do presente, passa a ser objeto de conflito nesta região. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator o “territorializa”, que nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993).

Uma zona marcada pela presença de vilarejos de pescadores é afetada principalmente pela construção de novas formas (dos estabelecimentos turísticos somando-se às residências de veraneio marítimo), ao longo de toda linha costeira, provocando a inserção de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes, bem como, paradoxalmente, o fortalecimento de movimentos de resistência. Estes movimentos correspondem à luta pelo direito à diferença, ao direito de se apropriar das zonas de praia como lócus de produção.

Little (2001) define conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. Entende-se que em Ajuruteua os conflitos passaram a ocorrer quando os atores tiveram a sua base de sustento ameaçadas, a qual é fonte de recursos para os que vivem ali, através da pesca, comércio, turismo etc.

Apoiando-se na ideia de Canto (2012), é na relação de conflitos ambientais que os espaços de apropriação material e simbólica formam o território. A apropriação, no que se refere ao material e ao símbolo, marcam as disputas sociais, em que o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação entre os grupos.

Quando falamos de desastres naturais, devemos entender que quanto maior o nível de ocupação do ambiente, maior o número de pessoas afetadas. A comunidade vive hoje as consequências do seu próprio processo de ocupação. O que se tem, é que aquilo que antes era considerado como normalidade, acaba incrementando riscos àquela comunidade. É importante salientar que, o que para uns é tido como área de risco, para outros é visto como fonte de oportunidades.

De certa forma, é mais fácil de compreender este problema como algo devastador do que como algo que faz parte de um processo social. Abordar o conflito socioambiental em Ajuruteua, significa entender o desastre como uma expressão social de vulnerabilidade, em que os riscos⁸ procedem da intervenção humana sobre o meio, não do meio natural sob o homem, podendo ser interpretado como uma situação extraordinária que altera o cotidiano dos que ali vivem. Assim, faz-se necessário entender o processo como um agente externo ameaçador e como um evento isolado, é mais simples do que entendê-lo como parte de um processo social.

A erosão costeira em Ajuruteua, muitas vezes é concebida como algo externo à comunidade, é comum ouvir: “a erosão destrói as casas” e dessa forma a comunidade responde a natureza de uma forma agressiva, tentando enfrentar este processo. Quarantelli (1998) em seu livro “*What is a disaster?*” defende que os agentes destrutivos passam a ser compreendidos não como causa do desastre, mas sim como prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social.

E é neste contexto que entende-se o conflito socioambiental na região. Os atores sociais apresentam diferentes níveis de conhecimento e informação, há ainda as diferenças nos aspectos culturais, tendo em vista que cada grupo social tem uma forma de relação e apropriação dos recursos naturais. Há o conflito entre os próprios moradores, os quais estão perdendo seus espaços e há o conflito entre a comunidade e o poder público, onde a comunidade afetada precisa ser remanejada, e muitos, por possuírem no local a única fonte de oportunidades, não estão dispostos a serem retirados do local.

Pode-se classificar o conflito em Ajuruteua na perspectiva abordada por Little (2004), que classifica o conflito em torno dos impactos gerados pela ação humana. Porém, fora do comum, este embate, não envolve grandes empresas, ou grandes donos de terras e sim apenas a comunidade local, com o Estado, e o próprio recurso natural, como um agente potencializador do processo.

Carlos (1996) enfatiza que o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações que se realizam no plano do vivido, o que

⁸ Categoria de desastres proposta por Gilbert (1998), representada pela *Teoria da Sociedade de Risco*, proposta por Beck (1997) e Giddens (1991). Para uma análise mais detalhada, ver Siena (2009).

garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que aí é que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. E assim, em Ajuruteua, observa-se o homem, que nasceu e cresceu ao entorno do mar, perdendo cada vez mais espaço, oportunidades, identidade e tantas outras coisas que esse processo traz consigo.

3.6 O “JOGO SOCIAL” DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM AJURUTEUA

3.6.1 Agentes protagonistas do conflito

O conflito na região passou a tomar força, a partir do momento no qual os moradores, que seriam representados pelo poder público, passaram a entrar em um embate frente à frente com estes, em busca de ações mais efetivas de controle.

Os agentes protagonistas do conflito dividem-se em Poder Público, População e Mercado. O conflito no âmbito político, é identificado principalmente do que diz a competência do poder público, atuantes em Ajuruteua, o Ministério Público, Defesa Civil, Superintendência do Patrimônio da União – SPU, Prefeitura de Bragança, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

Na esfera da população, Ajuruteua possui um grupo bastante heterogêneo, que se divide em moradores fixos, proprietários de casa de veraneio e pescadores, estes, principalmente vem sofrendo com os impactos diretos, tanto da erosão costeira quanto do crescimento desordenado. A população demonstra com muita insatisfação o descaso do poder público com os que ali residem.

No contexto de mercado, tem-se os proprietários de bares e pousadas, os quais em sua maioria são autóctones, que nasceram e cresceram em Ajuruteua e estão sendo diariamente prejudicados com a falta de incentivos na praia, especialmente no que diz respeito à conservação turística da mesma, a qual influencia diretamente no mercado da região.

O quadro 3, descreve os principais atores e as principais ações que podem dar autonomia e amenizar os conflitos existentes.

Quadro 3 - Principais atores e as principais ações que podem dar autonomia e amenizar os conflitos existentes.

ATOR	AÇÃO
------	------

Poder Público	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar o Uso e Ocupação do Solo; • Criar e por em prática um planejamento territorial estratégico. • Tornar Ajuruteua um atrativo turístico, iniciando pelo saneamento básico das populações que ali residem; • Incentivar os conselhos participativos ouvindo as aspirações da sociedade; • Fiscalizar a utilização dos recursos naturais e atuar de forma intrínseca com os outros órgãos competentes.
Mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a divulgação e propagação do destino turístico; • Cobrar ações da gestão pública quanto à melhoria da infraestrutura. • Conter as construções apenas nas áreas permitidas; • Aproveitar as belezas naturais do mangue e da praia para promover um “Turismo Sustentável”.
População	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente das decisões relacionadas à praia de Ajuruteua; • Manter o patrimônio natural; • Monitorar e reagir as irregularidades ambientais; • Ter maior consciência sobre os direitos e os deveres diante a conservação dos recursos naturais.

Fonte: Adaptado de Alves, Ribeiro & Miranda (2017)

Cada grupo de participantes do conflito, podem ser definidos por um montante de alianças e ações, as quais podem amenizar a latência dos embates na região. É importante ressaltar, que os grupos não estão integralizados em uma opinião única e muitas vezes existem embates dentro do próprio grupo, como a população nativa com os novos residentes. No entanto, adotou-se esta concepção, por acreditar que as soluções são melhor aproveitadas por meio da união das forças.

Assim, estas estratégias são pensadas de forma coletiva, e não com interesses individuais, para que cada grupo chegue a um objetivo comum: a conservação e boa utilização da Praia de Ajuruteua.

3.6.2 Interações do conflito em Ajuruteua.

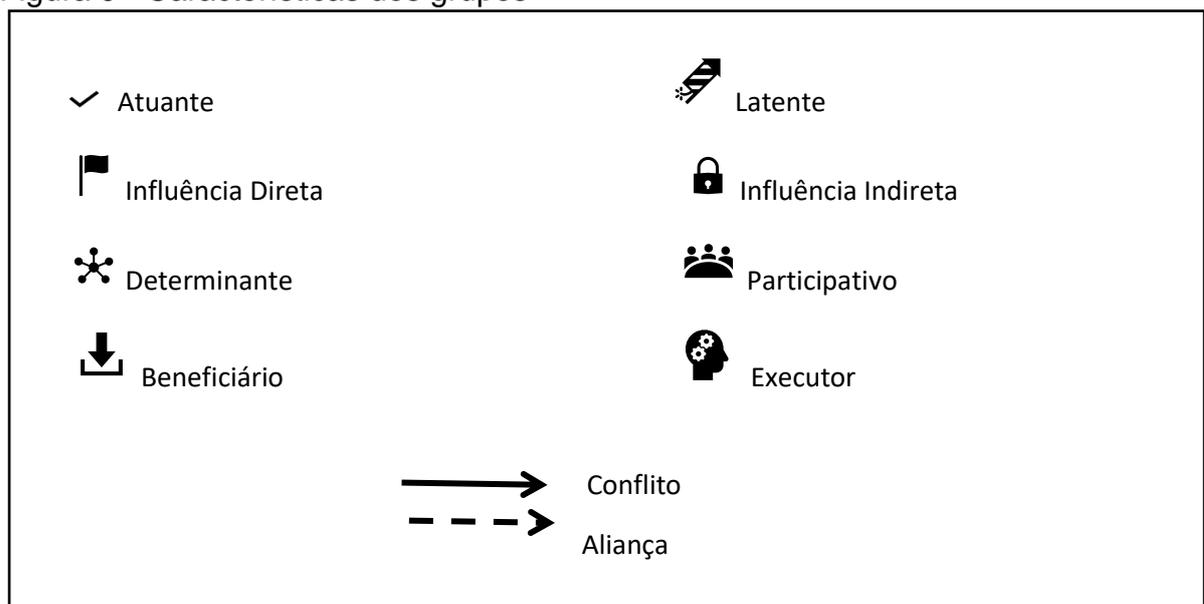
É importante destacar, que os grupos apresentam lados opostos e/ou dispostos. Como a População e Mercado que apresentam aspirações e vontades

semelhantes, ou como o Poder Público e a População que muitas vezes apresentam propósitos diferentes.

Não se pode esquecer, que muitas vezes os membros locais se encontram nos três grupos. Um único membro, o qual está no âmbito da População, Poder Público e Mercado. O fluxograma de interações (Figura 10) analisa as alianças e os conflitos que envolvem tais atores.

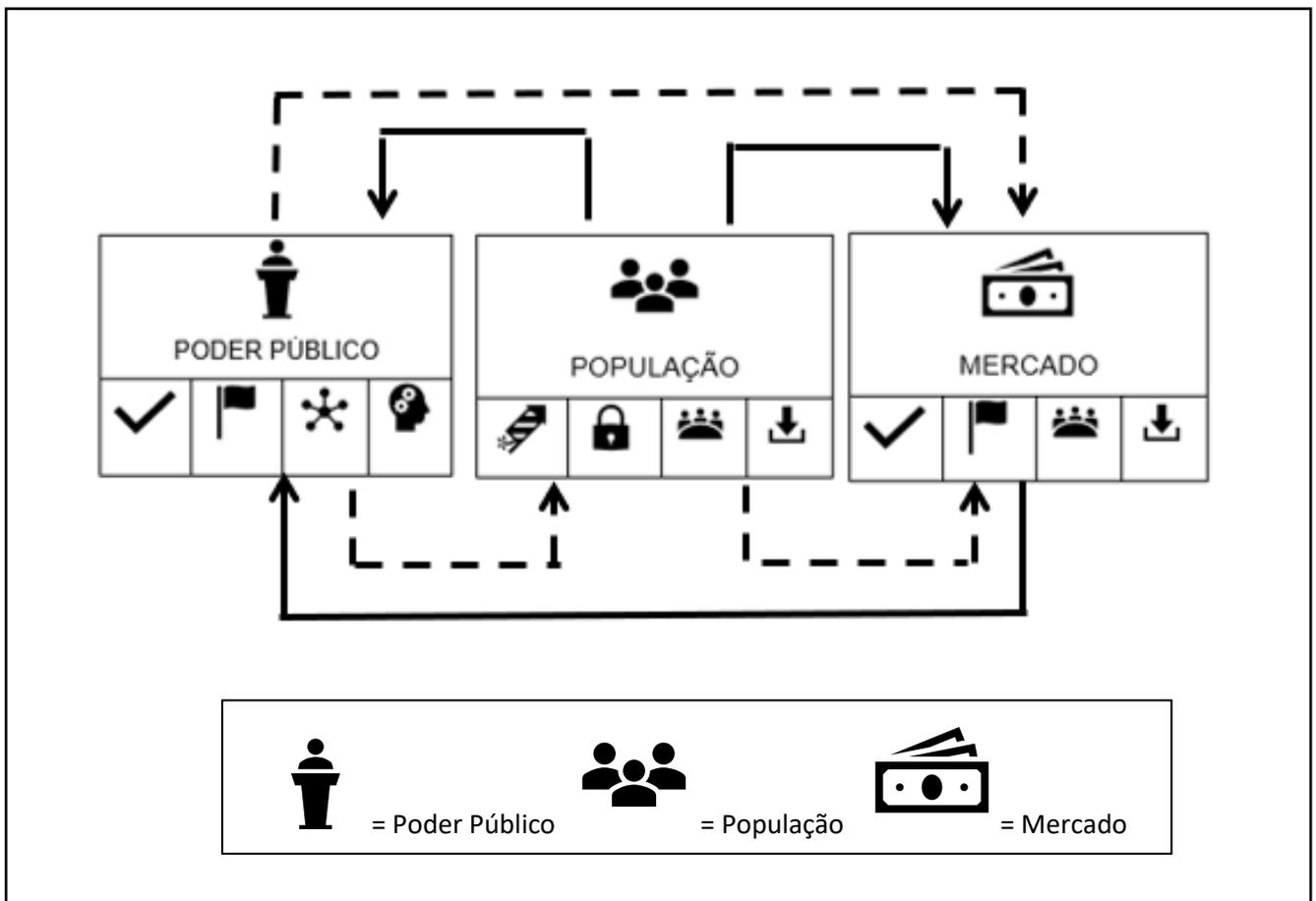
Por meio desta relação, os grupos foram representados de acordo com as suas características (Figura 9) descrevendo cada aspecto e expondo os conflitos e alianças presentes. Dessa forma, baseada na metodologia de Medeiros & Nascimento (2010), as ações são classificadas como atuante ou latente; à influência direta ou indireta; se as ações serão determinantes ou se estão apenas no campo da participação; e se são enquadrados como beneficiadores ou executores dos atos.

Figura 9 - Características dos grupos



Fonte: Adaptado de Alves, Ribeiro & Miranda (2017)

Figura 10 - Fluxograma de Interações e Conflitos



Fonte: adaptado de Alves, Ribeiro & Miranda (2017)

Quadro 4 - Classificação e atores e descrição dos conflitos e alianças.

ATOR	CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO DAS INTERAÇÕES E RELACIONAMENTOS
PODER PÚBLICO			<p>Conflitos: A gestão pública tem sido ineficiente quanto ao planejamento turístico, fiscalização e normatização das leis ambientais, perdendo o controle sobre a territorialização, uso e ocupação da praia.</p> <p>Alianças: podem ser efetivadas no intuito de promover uma instância de governança mais atuante e envolvida com as questões sociais, buscando um consenso que atenda as aspirações de todos os grupos.</p>
POPULAÇÃO LOCAL			<p>Conflitos: não existe um desenvolvimento endógeno, sendo excluídos do planejamento do turismo, os nativos afastados do seu hábitat natural, substituição das antigas atividades econômicas (pesca e agricultura) e reprimidos a subempregos na área.</p> <p>Alianças: Preocupam-se com a preservação ambiental como ferramenta para a sustentabilidade local da destinação turística. São beneficiados com a infraestrutura turística e recursos destinados à praia, com ampliação das oportunidades de emprego e renda.</p>

MERCADO			Conflitos: desacordos quanto ao uso e ocupação do solo, apropriações irregulares, processo de territorialização, degradação ambiental com desrespeito às leis municipais, desconsiderando os locais ambientalmente frágeis.
			Alianças: aumento das possibilidades de emprego e renda para a localidade, estruturação de equipamentos para atender à demanda turística, ações que estimulam a visitação com responsabilidade socioambiental.

Fonte: Medeiros & Nascimento (2010) adaptado de de Alves, Ribeiro & Miranda (2017)

Desta forma, constata-se que grande parte dos conflitos pode ser resolvido através de alianças, o que deixa claro que os grupos podem ter uma atuação mais branda. Sendo assim, é importante que seja adotado em reuniões da associação, audiências públicas e outros encontros de atores, uma forma de mediar esses conflitos.

3.7 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Este capítulo, teve o intuito de estabelecer relações entre a erosão costeira, a ocupação desordenada e suas consequências nos conflitos socioambientais na comunidade pertencente a Praia de Ajuruteua – PA. Dessa forma, ao falar de fenômenos naturais que afetam um grupo social, é mais fácil compreender este fenômeno como algo devastador do que como parte de um processo social. É importante entender que o que ocorre em Ajuruteua, é o oposto do que muitos acreditam. Temos nesta situação que apesar de o desastre ser “natural”, ele só é caracterizado como “desastre”, pela situação de ocupação local.

O surgimento do conflito socioambiental na região, tem razões distintas do que é de costume. Há principalmente uma disputa de espaços entre a própria comunidade e também com as autoridades locais, já que muitos moradores se recusam a sair de suas propriedades, que estão em zonas consideradas de alto grau de risco.

Dada as condições do ambiente e do rápido avanço da erosão, tem-se a dificuldade de remanejar a comunidade que vive nas zonas de risco, sem que isso afete as suas condições socioeconômicas, promovendo um ordenamento territorial ao entorno da praia que não prejudique nem os envolvidos, nem a natureza.

É fundamental traçar metas de planejamento estratégico, com base nos princípios da sustentabilidade, tendo como referência o plano de manejo e gestão ambiental. Além da implantação da Política de Educação Ambiental, possibilitando maior conscientização e ensinamentos sobre preservação, respeitando a capacidade de carga da destinação turística e diminuindo os impactos agressivos na zona costeira

.

4 A GESTÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DE AJURUTEUA – BRAGANÇA, PA.

4.1 INTRODUÇÃO

O conceito de gestão ambiental, muitas vezes, é associado a algo de domínio privado, como se este remetesse à administração de bens particulares. Este termo, tem inúmeras significâncias no que concerne ao meio acadêmico. Neste capítulo, será abordado o conceito que parte de Leff (2000) em que este afirma que a racionalidade ambiental implica no avanço de processos de descentralização e de gestão participativa juntamente com o ordenamento territorial.

De acordo com Philippi Jr & Bruna (2004), a gestão ambiental objetiva principalmente estabelecer uma relação de sustentabilidade entre a sociedade e a natureza. Esta, a qual se encontra diretamente relacionada com as decisões e regras que se referem ao uso dos recursos naturais. Theodoro et al (2004) enfatiza que a gestão ambiental pode ser definida com a incumbência de planejar, controlar, coordenar e formular ações para que alcancem os objetivos pré-estabelecidos em um dado local, região ou país.

A gestão ambiental na zona costeira, atua principalmente como a estratégia passível de mediar os conflitos existentes nesta, visto que essas zonas, por serem uma zona de transição e cheias de riquezas naturais, está dentre as regiões mais procuradas para a ocupação humana. Desta forma, a gestão ambiental surge como um agente democrático, organizador e determinante para as políticas públicas destas regiões.

O capítulo está dividido em três sessões, a primeira discute a gestão e as zonas costeiras num cenário geral; a segunda coloca a praia de Ajuruteua como objeto de gestão e discute todos os problemas e desafios enfrentados sobre a tal, e por último, discute-se os problemas advindos da falta de gestão compartilhada no território.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção pretende-se apresentar alguns passos metodológicos que foram utilizados na construção deste capítulo.

Destacam-se alguns momentos como relevantes para o arcabouço metodológico desta pesquisa:

- a) Revisitação na região do salgado paraense, mais especificamente em Ajuruteua- PA.
- b) Pré -campo, para a construção e ajustes das ferramentas de pesquisa para o (e no) campo;
- c) Escolha dos principais entrevistados e dos locais de observação.
- d) Levantamento, análise e organização dos dados levantados em campo.

4.2.1 Revisitação ao local de pesquisa

Desde a graduação, ao ingressar como estagiária em 2012 no Laboratório de Geologia de Ambientes Aquáticos (LGAA) na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), houve a oportunidade de trabalhar em todas as praias do nordeste Paraense e desenvolver pesquisas sobre o tema de erosão costeira, principalmente no que diz o aspecto físico da Praia.

- Em 2012 houve a oportunidade de participar do projeto Diagnóstico das Áreas com Risco de Erosão na Zona Costeira do Estado do Pará: Projeto Erosão Costeira. Sob a Coordenação do Prof. Msc Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves.
- Em 2014, participação no projeto “Morfologia, Sedimentologia e Índice de Sensibilidade Ambiental a Derrame de Petróleo das Praias e Planícies Arenosas de Macromaré do Litoral do Estado do Pará.”
- Em 2016, participação no Projeto de Monitoramento de Praias na Costa Atlântica do Salgado Paraense - Análise de Encalhes de Mamíferos Aquáticos na Costa Paraense (PMP Bacia PA-MA).

Neste contexto, a percepção sobre as comunidades que ali eram afetadas, despertou um grande interesse para desenvolver o tema deste.

4.2.2 Pré-campo e Campo

Após o ingresso como aluna de mestrado no Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, houve a necessidade de dar prosseguimento a pesquisa a qual já estava sendo desenvolvida junto ao LGAA – UFRA, porém com um viés diferente do habitual e ao sair da zona de conforto, oportunizou-se estudar uma forma de criar instrumentos que beneficiem a comunidade que está localizada na região e vive em um frequente embate, na tentativa de resolução deste problema.

Portanto, ao longo deste tempo, houve a oportunidade de acumular conhecimentos no lócus de pesquisa, por meio de diversas atividades, incluindo o GPSA-UFPA e principalmente através de conversas informais com os moradores da comunidade. E, neste contexto ocorreu a identificação da existência de pequenos conflitos dentro desta realidade.

Desta forma, foi realizado um pré - campo⁹ e dois campos:

O pré-campo ocorreu no dia 24 de novembro de 2017, quando houve a oportunidade de conversar informalmente com o Prefeito do Município de Bragança, Raimundo Oliveira; O secretário de meio ambiente Lauro Cordeiro e o líder comunitário de Ajuruteua. Neste, discorremos sobre o problema de pesquisa, e entendemos como a comunidade tem se organizado face este problema.

A primeira visita de campo, ocorreu no dia 03 de fevereiro de 2018, permitiu a busca de uma análise documental da estrutura da organização comunitária, em que foram consultadas atas, documentos, as fichas dos agentes comunitários de saúde, para que o campo fosse baseado nas informações que adquirimos ao longo destes dois momentos anteriores.

O segundo momento em campo, ocorreu nos dias 04, 05 e 06 de maio de 2018, sendo entrevistados alguns atores locais importantes e posteriormente nos dias 23 e 24 de maio, para a finalização das entrevistas em Bragança e Ajuruteua.

Os atores entrevistados não foram identificados através de seus nomes, dessa forma, neste trabalho, serão adotados os termos “Comunitário + numeração” para identifica-los.

⁹ Neste trabalho, chamou-se de pré-campo, todos os momentos os quais houveram visitas a Ajuruteua, após a entrada no mestrado do NUMA, nestes, conhecemos os atores envolvidos no processo e os ouvimos informalmente, para que assim, os próximos Campos, fossem bem estruturados.

Figura 11 - Entrevista de Atores Locais.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

4.2.3 Método de investigação

Além dos conhecimentos adquiridos anteriormente, os métodos e investigação desta pesquisa, contaram com o auxílio de pesquisa exploratória em campo, de caráter qualitativo, por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes-chaves dos atores sociais que residem/atuam tanto na região da praia de Ajuruteua, quanto no município de Bragança – PA. Posteriormente, foi feita uma transcrição de todas as entrevistas e informações orais coletadas dos investigados a fim de sistematizar os dados e obter-se uma visualização mais clara do cenário das opiniões dos agentes sociais presentes.

Realizou-se também uma pesquisa documental de materiais disponíveis e/ou publicados junto a diferentes instituições relacionadas ao tema do trabalho que possam facilitar o acesso a informações (secretarias municipais, representantes públicos, representantes da empresa, organizações não governamentais, cooperativas locais etc.) ou mesmo em fontes como internet, revistas, jornais ou outros meios de veiculação.

A análise documental foi adotada como uma das técnicas de investigação dessa pesquisa, por principalmente, fornecer dados pertinentes as políticas e programas públicos voltados a gestão costeira e aos problemas pertinentes na praia de Ajuruteua – PA.

4.3 ZONA COSTEIRA: CONCEITOS E DELIMITAÇÕES

A Zona Costeira caracteriza-se por ser uma área de transição, onde ocorrem mudanças de curto, médio e longos períodos, devido a processos costeiros que são uma mistura de processos marinhos e continentais interagindo entre si, resultando em um mosaico de paisagens cuja dinâmica é diferenciada pela alta complexidade (CARVALHO; RIZZO, 1994). Angulo (2004) também destaca que a forte dinâmica atribuída aos ambientes costeiros pode ser explicada pelas constantes alterações observadas em suas características, em períodos curtos, médios ou longos, devido principalmente a ocorrência de diversos processos oceânicos, terrestres e atmosféricos.

Rodrigues e Windevoxhel (1998) possuem uma das conceituações mais aceitas de Zonas Costeiras, onde alegam que: “As Zona Costeira, é o espaço delimitado pela interface entre o oceano e a terra, ou seja, a faixa terrestre que recebe influência marítima e a faixa marítima que recebe influência terrestre”, ou também, como sendo a unidade territorial que vai “desde o limite da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) até o limite terrestre afetado pelo clima marítimo”.

Segundo o MMA, a Zona Costeira do Brasil é uma unidade territorial que se estende, na sua porção terrestre, por mais de 8.500 km, abrangendo 17 estados¹⁰ e mais de quatrocentos municípios, distribuídos do Norte equatorial ao Sul temperado do país. Inclui ainda a faixa marítima formada por mar territorial, com largura de 12

¹⁰ Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

milhas náuticas a partir da linha da costa. O Brasil possui uma das maiores faixas costeiras do mundo, entre a foz do rio Oiapoque, no Amapá e Chuí, no Rio Grande do Sul. A Zona Marinha tem início na região costeira e compreende a plataforma continental marinha e a Zona Econômica Exclusiva – ZEE que, no caso brasileiro, alonga-se até 200 milhas da costa.

Visto as dimensões continentais do Brasil, a sua Zona Costeira, possui uma área de 8.694km, e é composta por uma grande variedade de ecossistemas, como manguezais, estuários, dunas, falésias, recifes, etc. Nesta região vive, aproximadamente, um quarto da população do país, com 36,5 milhões de pessoas, as quais residem em mais de 500 municípios com densidade populacional de 87 habitantes por km², cinco vezes a média nacional.

Os principais riscos que atingem a Zona Costeira brasileira estão ligados principalmente ao rápido desenvolvimento socioeconômico e ao aumento populacional que atingem as áreas litorâneas dos grandes centros urbanos localizados em Zona Costeira, já que de acordo com o Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil cerca de 18% (dezoito por cento) da população do país, residem na zona costeira; da falta de ordenamento territorial; a rápida expansão de atividades tais como do setor de turismo e carcinicultura.

4.3.1 A Gestão Costeira Nacional

A lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 considera Zona Costeira como o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não. Este conceito legal, destaca a interação entre os três elementos da terra, o que confere à esta região uma riqueza única com uma vasta percepção de oportunidades.

A diversidade de ambientes e ecossistemas encontradas nas zonas costeiras, conferem à estas uma característica singular o que se infere a uma gestão diferenciada, integrada e voltada para a sustentabilidade do ambiente.

No Brasil, pela Constituição Federal, compete às três instâncias de governo, qual seja, a União, Estados e Municípios, proteger o meio ambiente, preservando os recursos naturais e combatendo a poluição em qualquer de suas formas, devendo as normas para a cooperação entre as três instâncias de governo serem estabelecidas através de lei complementar. A Constituição Federal define a zona costeira, como

“patrimônio nacional” destacando-a como uma porção de território brasileiro que deve merecer uma atenção especial do poder público quanto a sua ocupação e uso de seus recursos, assegurando a preservação do meio ambiente.

A Zona Costeira é reconhecida como um elemento constituinte do meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, nos termos constitucionais do caput do 225. Ainda, em consonância com o §4º, do art. 225 da Constituição Federal, a Zona Costeira ganha o status de Patrimônio Nacional, sendo que, por esta razão, *“sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”*

As ações de gestão acerca da Zona Costeira, começaram a surgir próximo do ano de 1982 quando a Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM) deu vida a Subcomissão de Gerenciamento Costeiro, a qual em 1983 organizou o primeiro Seminário Internacional sobre Gerenciamento Costeiro, que proporcionou o surgimento das primeiras ideias para a organização de um futuro programa nacional.

No ano de 1987 a CIRM estabeleceu então um *Programa de Gerenciamento Costeiro*. Fazendo assim, surgir uma necessidade de elaboração de leis que envolvessem o litoral. Este compromisso foi expresso na Lei No 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) como parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM).

É importante ressaltar, que a elaboração de um Plano de Gestão para as Zonas Costeiras, exige a consideração das especificidades da região e a importância dos seus componentes naturais tentando sempre alinhá-los a intensa e desordenada ocupação humana que existe neste território. Não podendo esquecer de que um Plano de Gestão é um instrumento o qual deve apresentar resultados e ser flexível para permitir soluções específicas para as diversas áreas da ação governamental, ao mesmo tempo que impede a fragmentação e a coexistência de políticas, projetos e programas concorrentes e/ou contraditórios. (SEGES, 2003)

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiros (PNGC) expressa o compromisso do Governo Brasileiro com o desenvolvimento sustentável em sua Zona Costeira, considerada como patrimônio nacional. Dentre os instrumentos utilizados

por este plano estão: O Plano Estadual de Gerenciamento Costeira (PEGC); O Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC); O Sistema de informações de gerenciamento costeiro (SIGERCO); O sistema de monitoramento ambiental das Zonas Costeiras (ZMA -ZC); O Relatório de Qualidade Ambiental das Zonas Costeiras (RQA – ZC); o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE – ZC) e o Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC).

Figura 12 - Fluxograma Simplificado da Gestão Costeira no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Além do Plano Nacional, também foram estabelecidos outros instrumentos para o gerenciamento costeiro Brasileiro, Souza (2009) mostra uma síntese dos principais instrumentos de operacionalização da gestão costeira no Brasil:

Quadro 5 - Instrumentos de operacionalização da gestão costeira no Brasil

Instrumento	Dispositivo	Proposição
	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM),	Formulação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO).

1987	
Artigo 225 da Constituição Federal de 1988	Zona Costeira como patrimônio nacional e área de interesse especial.
Lei Federal nº 7.661 de 1988	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).
Resolução CIRM nº 01 de 1990	Regulamento do PNGC I.
Lei Federal nº 8.617 de 1993	Disposição sobre o mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileira.
Resolução CIRM nº 05 de 1997	Regulamenta o PNGC II Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO).
Resolução CIRM nº 05 de 1998	Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC). Orla Marítima como prioridade para seu exercício; ações para ordenamento da ocupação e uso do solo; estratégias para a integração de políticas públicas; estabelecimento da base de atuação da União e compartilhamento de responsabilidades.
Bases Legais	

Lei Federal nº 9.636 de 1998	Disposição sobre o patrimônio da união; incluindo os terrenos da marinha e atualizando legislação de 1946; mantendo como parâmetro de medição a linha de preamar média de 1831.
Decreto Federal nº 2.972 de 1999	Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.
Decreto Federal nº 2.956 de 1999	V Plano Setorial para os Recursos do Mar (1999-2003) e aborda a articulação com o GERCO.
Plano Plurianual 2000-2003	Aborda o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico e o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho. Regulamenta a Lei 7.661/1988; em relação aos limites, as competências de gestão e as regras de uso e ocupação da Zona Costeira.
Decreto Federal nº 5.300 de 2004	Estabelece os limites e as competências para a gestão da Orla Marítima, fornecendo instrumentos voltados à implementação do "Projeto Orla" pelos municípios costeiros.

Fonte: Modificado de SOUZA, 2009

Além dos instrumentos e bases legais mencionados, o gerenciamento costeiro brasileiro conta ainda com o Macrodiagnóstico da Zona Costeira, que fornece informações em escala nacional a respeito das características físico-naturais e socioeconômicas das regiões costeiras do país. Com o Macrodiagnóstico pretende-se orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais encontrados nas zonas costeiras (MMA, 2018).

O Macrodiagnóstico, apontou algumas recomendações que deveriam ser incorporadas a políticas, planos e programas desenvolvidos no âmbito dos governos federal e estadual e pelos diversos atores e segmentos atuantes na gestão dos ambientes costeiros e marinhos ao longo dos últimos anos. São elas:

1. a diversidade físico-biótica e a fragilidade intrínseca dos ecossistemas requerem a extensão dos mecanismos legais de proteção ambiental, especialmente para áreas de alta relevância ecológica e submetidas a vetores de ocupação e exploração;
2. é fundamental apoiar os municípios a fim de que implantem localmente seus respectivos planos de gestão ambiental e apliquem a normatização disponível na União e nos estados;
3. é fundamental que a gestão ambiental da União internalize as práticas de planejamento estratégico, isto é, que seja capaz de incluir análises de tendências e cenários e definir metas de longo prazo na formulação de seus planos de gestão para a zona costeira do País;
4. é necessário concentrar esforços visando à realização do zoneamento ecológico-econômico para toda a zona costeira brasileira.

Estes instrumentos de gestão, desenvolvidos entre 1996 e 2006, permitiram alguns avanços no que diz respeito à extensão das leis de proteção ambiental, com a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, em 2000. Além disso, é importante destacar que a recomendação de que “é fundamental apoiar os municípios a fim que implantem localmente seus respectivos planos de gestão ambiental, e apliquem a normatização disponível na União e nos estados”. Nesse sentido, Projeto ORLA, Agenda 21, Planos Diretores e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente constituem-se em instrumentos que, mesmo com finalidade distinta, cumprem o papel de apoio aos municípios

Todos estes instrumentos, conduzem para uma gestão ambiental, a qual pode ser definida como o processo de mediação de interesses entre atores sociais, que agem sobre os meios físico natural e construído, a partir do qual se define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, como se distribuem na sociedade,

os custos e benefícios decorrentes das ações destes agentes. (PRICE WATERHOUSE, 1992).

No Brasil, o maior mediador desse processo é o Estado que possui o poder para decidir, intervir e/ou autorizar a intervenção para transformar o ambiente. Como a disponibilidade dos recursos naturais, bem como as facilidades de acesso a eles têm distribuição assimétrica na sociedade e na natureza, num processo de gestão ambiental, para se minimizar os conflitos de interesses é fundamental que esteja bem definido qual é o objeto de gestão, bem como a forma de condução do processo o que será discutido no tópico a seguir.

4.4 A PRAIA DE AJURUTEUA COMO OBJETO DE GESTÃO EM DISCUSSÃO

4.4.1 Histórico de problemáticas

Sabe-se que Ajuruteua possui uma dinâmica espacial que é refletida no modo de vida da população local, a qual além de possuir relações econômicas, utiliza o local como fonte de oportunidades, na atratividade de suas áreas para o turismo e comércio. Mas também riscos, pois mesmo que em proporções e dimensões específicas, os grupos populacionais com diferentes níveis de renda estão sujeitos aos perigos ambientais, com destaque às inundações intensas, ressacas e elevação do nível do mar.

Nos últimos anos, os processos erosivos observados na praia de Ajuruteua vêm sendo mais intensos, causando impactos mais severos às ocupações e instalações na linha de costa da praia. Desde o período de ocupação com a chegada da PA – 458 vê-se as lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas eficientes.

De acordo com Alves et al (2011), os maiores eventos erosivos ocorrem principalmente no período chuvoso (fevereiro à abril). No ano de 2015, por exemplo, de acordo com o Parecer Técnico 27500/2015 do Ministério Público Federal, o evento de erosão registrado na praia de Ajuruteua, nos dias 20 e 21/ do mês de março (período chuvoso), foram destruídas oito (08) casas, nove (09) pousadas e um (01) estabelecimento comercial, totalizando dezoito (18) edificações que foram perdidas ou parcialmente danificadas.

A Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, considera a área de dunas de Ajuruteua como uma área de preservação permanente e inadequada a ocupação, justamente para garantir uma exploração sustentável e que estes problemas decorrentes fossem evitados. Por

serem formações de acúmulos de sedimentos, as dunas tornam-se imprescindíveis na manutenção direta das faixas de praias, através do fornecimento contínuo de grãos, diminuindo, assim, a possibilidade de erosão destas.

Estudos realizados através da Universidade Federal Rural da Amazônia, apontam eventos intensos de erosão a partir de 2009, onde estes, começaram a influenciar diretamente nas casas dos moradores da praia. Após o primeiro evento em 2009, o Laboratório de Geologia e de Ambientes Aquáticos da UFRA, levantou mais quatro anos específicos (2012, 2015, 2016, 2017, 2018) onde os eventos erosivos e as altas marés trouxeram um alto índice de destruição da praia.

Ao ser questionado sobre qual a prioridade para os moradores de Ajuruteua, um dos membros da associação ressalta:

Associado: A prioridade hoje seria conter a erosão, inclusive na época em 2009 quando houve a primeira erosão com uma intensidade muito grande, na época a gente conseguiu com o governo federal cesta básica pras famílias carentes se equilibrarem através do programa fome zero.

[...]

A gente como morador, a gente observa todo dia, é diferente de quem vem uma vez ou outra, é diferente. Como morador, você ajuda os estudos. No caso a Ufra, a Unama a Ufpa, o que foi que aconteceu, eles chegaram e muitas vezes faziam o trabalho na praia toda, não observavam o detalhe, foi quando a gente chamou o professor e pediu pra ele fazer um estudo direcionado pro que tá dando certo.[...] Mas a gente tem um desafio nessa praia viu, acho que por falta de governabilidade, do município, do estado. (Entrevista realizada na praia de Ajuruteua, no dia 23 de maio de 2018).

Ainda em 2009, os moradores da associação, se reuniram e foram até Brasília, entregar um documento para o Governo Federal intitulado de S.O.S Ajuruteua. Neste, existiam reivindicações e proposições para a melhoria da praia. Com 20 dias os moradores obtiveram uma resposta deste documento e com 40 dias foi enviado a Ajuruteua uma equipe do IBAMA e da SECTAM¹¹ para elaborar os estudos necessários durante cinco meses. O parecer final dos órgãos, foi que a praia de Ajuruteua encontrava-se em um estado de Calamidade Socioeconômica, o que indicava que as pessoas que estavam morando em Ajuruteua não estavam tendo renda suficiente para suprir suas necessidades.

De acordo com dados fornecidos pela Associação de Moradores de Ajuruteua, após o parecer de Calamidade Socioeconômica, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, aplicou políticas como a implantação do Fome Zero para estas famílias. O parecer foi enviado para a Defesa Civil, Prefeitura de Bragança e Governo do Estado

¹¹ SECTAM – Atual Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

do Pará, porém, nenhuma medida foi adotada destas partes, apenas pela demanda federal, do ministério do desenvolvimento agrário. Inclusive, o vice-presidente da Associação, ressalta que formaram uma equipe e levaram o documento até o Prefeito da época, porém, continuaram sem resposta alguma.

Após o intensivo evento de erosão, no ano de 2015, nenhuma medida para que o problema fosse solucionado foi tomada pela gestão municipal. Apenas um relatório do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, o qual apontou a existência de várias construções com risco iminente de desabamento, por estarem localizadas na primeira linha de ocupação da referida praia.

No ano seguinte, em 2016, o Ministério Público Federal, através da recomendação nº 1/2016/gab04 considerando que Corpo de Bombeiros já havia identificado imóveis com risco de desabamento na praia além dos inúmeros estudos já realizados sobre o local, recomendou a Prefeitura de Bragança:

a) realizar o imediato embargo das construções que tenham sido apontadas pelo relatório da CPRM como em situação de risco de desabamento iminente e que, ainda que não estejam no relatório, que se encontrem em tal estado;

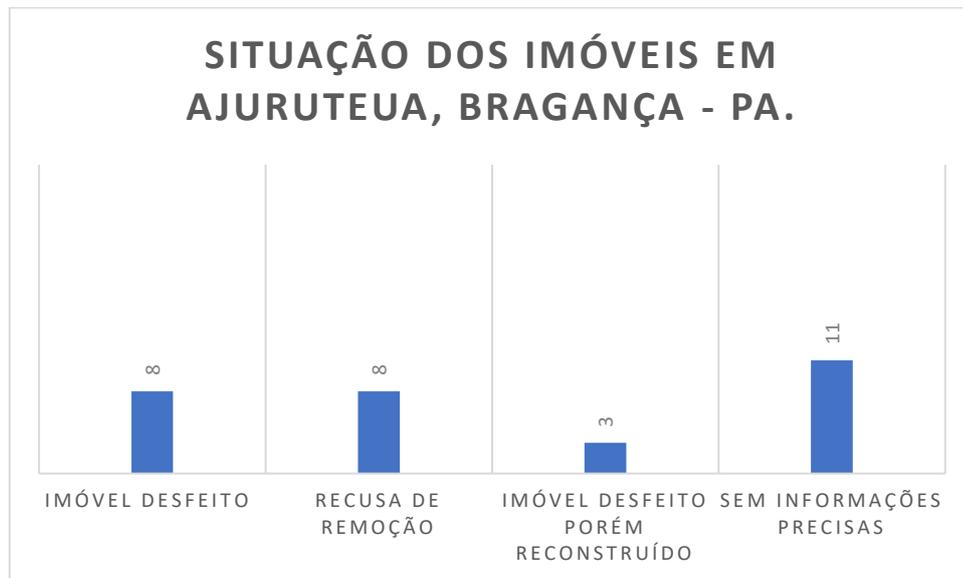
b) que, caso existam residências em tal situação, seja providenciado o abrigo dos moradores em condições adequadas;

...

d) que se assegure que os frequentadores da praia não sejam expostos ao risco gerado pelas construções em situação precária, procedendo-se ao isolamento destas. (Recomendação nº 1 /2016/gab04, Ministério Público Federal, 2016.)

Ao todo, 30 imóveis foram notificados pelo MP-PA com um prazo de 48 (quarenta e oito) dias para que as recomendações fossem acatadas pela prefeitura do município de Bragança.

Gráfico 2 - Situação dos imóveis em Ajuruteua, Bragança - PA



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados públicos do MPF, 2016. (2018)

Dos 30 (trinta) imóveis notificados, de acordo com o inquérito¹² do MPF apenas 8 (oito) foram desfeitos, isso se deu principalmente pela incerteza dos moradores sobre a indenização e realocação dos mesmos. O Gráfico 1 mostra o panorama dos 30 imóveis notificados em 2016.

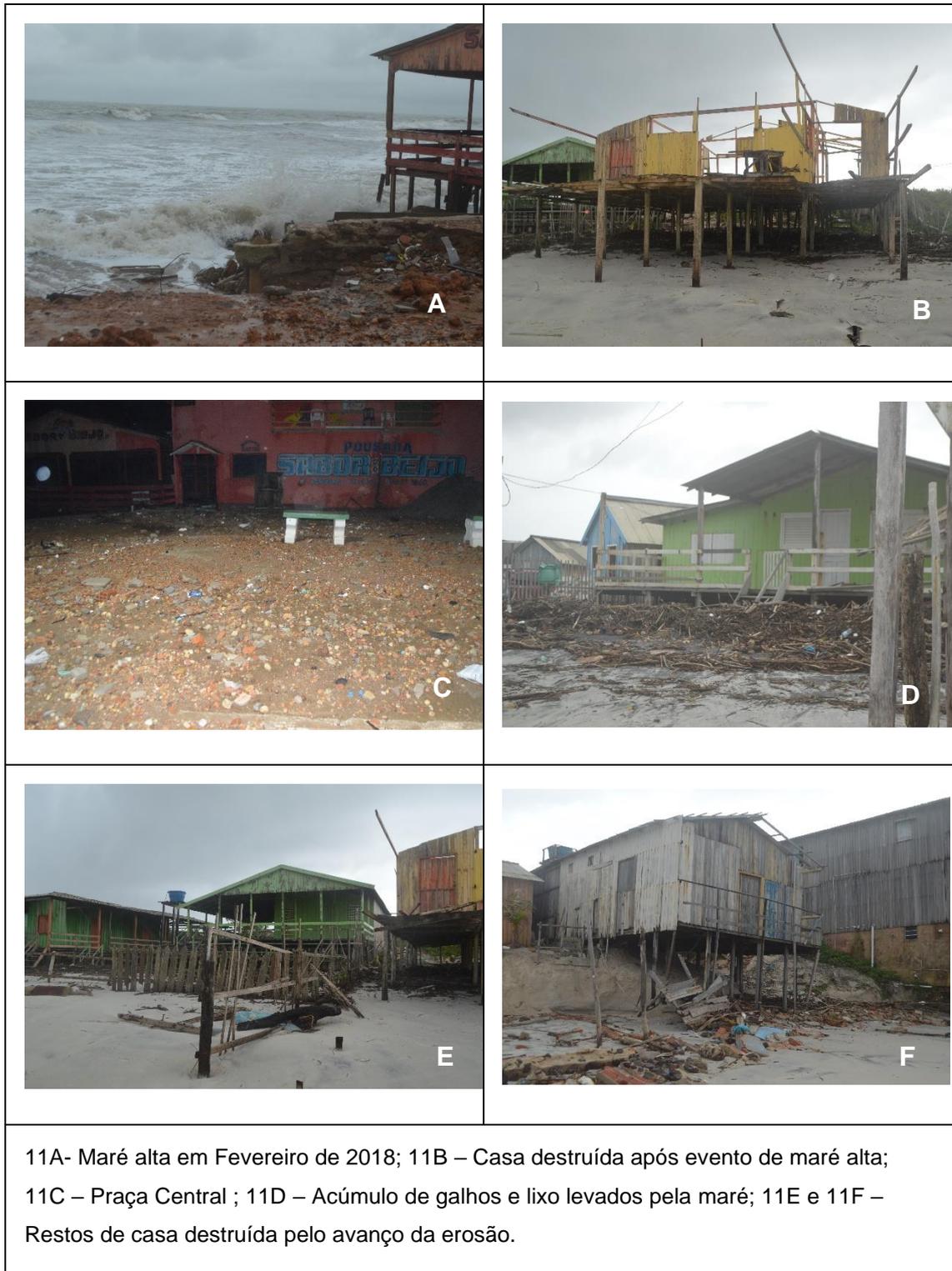
Ainda em 2016, no mês de Abril, foram discutidas em audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal em parceria com a Prefeitura de Bragança providências a serem tomadas pelo poder público com o objetivo de evitar ou minimizar a erosão da praia de Ajuruteua e os riscos inerentes a esse processo. (MPF-PA 2016). Estavam presentes membros da Associação de moradores de Ajuruteua, representantes da Universidade Federal do Pará, Universidade Federal Rural da Amazônia.

Em 22/04/2016, os moradores e comerciantes da praia de Ajuruteua denunciaram os danos causados pela erosão na área, tendo como resposta dos órgãos de meio ambiente apenas promessas de tomadas de medidas para a contenção do problema e prestação de assistência à população afetada.

Nos anos seguintes, a região voltou a estaca zero, com um cenário de abandono e descaso e em fevereiro de 2018, com a chegada dos fenômenos das marés, mais uma vez a região de Ajuruteua foi devastada.

¹² Inquérito civil público n. 1.23.000.001350-2015-28.

Figura 13 - Eventos de destruição com o avanço das marés.



Fonte: Acervo da Autora, 2017 e 2018.

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará (GERCO-PA) se constitui em um dos instrumentos de ação da Política Estadual de

Meio Ambiente (Lei nº 5.887/95) e que está integrado ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, o qual tem como instrumentos o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC), o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO), o Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA-ZC), o Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC), o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) e o Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC).

Apesar dos inúmeros instrumentos e políticas, a região estudada sofre com o descaso dos órgãos competentes, tanto municipal, quanto estadual. No Estado do Pará as primeiras ações desenvolvidas no âmbito do Gerenciamento da Zona Costeira ocorrem desde 1992, quando o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) realizava os estudos para Zoneamento e Plano de Gestão, e a então Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) executava o monitoramento e a gestão propriamente dita, e a partir de 1999, a SECTAM, hoje Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), assumiu todas as tarefas.

Pesquisador: Qual o órgão que você considera mais efetivo aqui em Ajuruteua?

Comunitário 1: Atualmente, atualmente, não sei se por mudança ou não sei por que efetivo mas a defesa civil tá envolvida em ajudar a comunidade, e a gente tá acreditando que vai dar certo né? O prefeito atual eu não posso falar nada dele por que ele tá com um ano de gestão, mas ele é amigo, a gente sabe que ele vai fazer alguma coisa né. Agora se for pra falar a critério dos antigos. Uma vez eu cheguei lá no beiradão, e estava lá o finado prefeito e o secretário dele e fui me aproximando e ele disse que não tinha um centavo pra investir nesse lugar de vagabundo [...]

A Defesa Civil é responsável por um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a reduzir ou minimizar a ocorrência de desastres, para preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social. O que não inclui ferramentas de gestão, zoneamento ou ordenamento. Porém, a comunidade enxerga a Defesa Civil local, como um agente “salvador” e solucionador de problemas. Perguntado sobre a atuação de outros órgãos na praia, o Coordenador Geral da Defesa Civil do Município de Bragança disserta:

Pesquisador: Qual os outros órgãos atuantes na praia de Ajurteua?

Coordenador Geral da Defesa Civil : [...] a praia de Ajuruteua tem uma série de instituições envolvidas né, não é só a defesa civil, a defesa civil é atuante, eu digo, até demais na praia [...] existem uma série de parceiros que atuam juntos, em todo um contexto que está envolvido, a SPU, o CPRM, a Universidade Federal Rural da Amazônia, a Universidade Federal do Pará, o ICMBIO, a SEMMA.

Em 2017, com base nas informações cedidas pelo atual Coordenador Geral da Defesa Civil, foi solicitado para a SPU, o apoio para o remanejamento destes moradores, porém até hoje não obtiveram resposta. De acordo com o coordenador geral da Defesa Civil de Bragança, alguns moradores serão atendidos através do cheque moradia e o remanejamento seria feito para o município de Bragança.

A grande questão é até que ponto este remanejamento influenciaria na cultura da comunidade. Os pescadores vivem da pesca, os donos de barraca do turismo, e alguns, da venda de utensílios na praia durante o final de semana. Remanejar esses comunitários sem uma recolocação profissional traria inúmeros problemas não só aos comunitários em si, mas ao município como um todo.

Em maio de 2017, o governo do estado do Pará, através do Decreto Nº 1.759, anunciou a implementação do Comitê Técnico Estadual de apoio ao Gerenciamento Costeiro do Pará (CT-GERCO) o qual tem participação importante no apoio à implementação e também acompanhamento da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, no que diz respeito à sua aprovação, organização e atuação. Das partes integrantes do CT-GERCO, atualmente a SEMAS-PA, através da a Gerência de Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ambiental (GERCOZ), é a principal intermediadora do governo estadual frente à prática de ações voltadas ao gerenciamento na zona costeira paraense.

No dia 12/07/2018, o Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA) através do ofício nº 155/2018-MP/3ºPJB (Anexo II), notificou e embargou por volta de 300 imóveis dando um prazo de 3 (três) dias para a apresentação dos seguintes documentos:

- 1) Alvará da Prefeitura
- 2) Alvará da DPA
- 3) Licença da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança- PA
- 4) Laudo do corpo de Bombeiros
- 5) Declaração com fotos que não se encontram na linha vermelha
- 6) Licença da Vigilância Sanitária
- 7) Autorização do uso do solo pelo SPU

Porém, o próprio ministério público já tinha ciência de que em razão dos desastres naturais, os estabelecimentos foram impedidos de obter o alvará o que inclusive já tinha sido objeto de audiência pública em castanhal para resolver tal situação. E através de um ofício, os moradores de Ajuruteua requereram a suspensão

do ato impugnado do Ministério Público, tendo em vista principalmente que ação ocorreu no mês de maior movimentação da praia.

Espera-se que no ano de 2018, as ações dos órgãos governamentais sejam mais efetivas nesta região, visto que a mesma, a cada ano que passa, tem a sua situação piorada, e um local que deveria ser fontes de oportunidades, acabou tornando-se uma praia de visitas esporádicas e com pouca movimentação turística.

E através da decisão judicial (Anexo III) expedida pela Juíza Cintia Wilker Beltrão Gomes o ato foi suspenso e os moradores foram liberados para utilizar as barracas até o final de julho de 2018.

Em 18/01/2018 o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, empenhou um recurso no valor de R\$ 9.110.592,66 para execução das obras de contenção na orla da praia de Ajuruteua. No dia 25/07/2018, reuniram-se representantes da Superintendência do Patrimônio da União - SPU-PA e diversas outras entidades com a comunidade para a discussão do novo projeto de implantação da orla.

Figura 14 - Reunião sobre o novo projeto de implantação da orla.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

O Projeto prevê a construção de um muro de contenção ao longo de 1.800 metros de extensão na orla da praia para conter a erosão. O projeto estrutural é complexo e demanda de técnica que vai construir um muro em concreto armado anexado a um enrocamento em blocos de rocha, até o presente ainda estão sendo feito os estudos para a implantação da obra.

4.5 A AUSÊNCIA DE GESTÃO COMO INFLUÊNCIA NOS ASPECTOS FÍSICOS DA PRAIA

Para que uma praia tenha uma gestão responsável, seus aspectos físicos e naturais devem ser conhecidos (Williams & Micallef, 2011). Cada praia possui suas particularidades, por mais que estejam assentadas na mesma linha de costa. Essa gestão responsável como afirma a UNESCO (2009) pode ser definida como processos e instituições através das quais as autoridades públicas - em colaboração com comunidades, indústrias, ONGs e outras partes interessadas - gerenciam áreas costeiras e oceânicas.

Segundo Bird (1996, apud Williams & Micallef, 2011), pelo menos 70% das praias em todo o mundo sofrem algum tipo de processo erosivo. Então, conhecer a praia a qual se pretende ordenar, evitando-se acentuar estes processos de erosão, por exemplo, é uma precaução necessária. Ajuruteua apresenta problemas que vão além da erosão costeira, problemas estruturais que são frutos da ausência de uma gestão compartilhada efetiva.

Mclachlan et al. (2013) afirma que o problema referente à avaliação da governança de praias é ter que tratar os aspectos múltiplos de forma mais real, sem desconsiderar a complexidade intrínseca, que, em uma escala regional, se traduz no gerenciamento e uso com finalidades distintas de recreação, de conservação ou de múltiplos propósitos.

A falta de um planejamento urbano e turístico vem causando sérios problemas ambientais e sociais na localidade, como: destruição dos ecossistemas costeiros (dunas, manguezal e marisma); ocorrência de doenças (hepatite, dengue, micoses, etc.), por falta de saneamento básico e abastecimento de água potável; aumento da criminalidade em julho (época de veraneio), agravada pela falta de policiamento e iluminação pública; ocorrência de atropelamentos de pessoas na praia, pois faltam

estacionamentos ; falta de treinamento dos comerciantes para atender melhor os turistas; entre outros (Pereira et al., 2006; Pereira et al., 2007).

Ao ser questionado sobre o principal problema de Ajuruteua, um dos comunitários entrevistados respondeu:

Comunitário 3: Aqui é complicado, água não tem, as ruas tão sumindo né, as casas também, olha fica complicado, tem dias que a gente vai tomar banho e a água vem só aquela saleira, eu nem sei se faz mal, mas a gente faz o que pode né? Tem um senhor ai que passa vendendo água que da pelo menos pra cozinhar, mas olha eu acho um absurdo a gente ter que comprar água com esse mundão de água que tem ai na frente.

Figura 15 - Venda de Água em Ajuruteua



Fonte: Acervo da autora, 2018.

A água que é vendida, chega no caminhão pipa uma vez por semana para as três caixas, cada galão de 20 litros é vendido a 6,00 e ao ser entrevistado, o comunitário que é responsável pela venda da água disserta:

Entrevistador: Quanto de água o senhor vende por semana?

Comunitário 04: Olha minha filha, aqui em uma semana vai tudo embora, por que a gente precisa comer né? E a água que vem dai do mar não serve não, tem ai a água do cano, mas mais falta do que tem, então todo mundo compra, eu vou lá e entrego.

A prefeitura, ao ser questionada a respeito da qualidade da água na região, afirmou que novos poços estão sendo cavados, em busca de água doce e potável,

porém a região sofre principalmente pelo seu subsolo ser formado por rochas calcárias, que têm uma grande quantidade de sais. Que são principalmente de cálcio e magnésio os quais, deixam a água do local salobra.

Além do problema de saneamento, a falta de arruamentos adequados, dificulta a coleta de lixo no local, pois, em alguns pontos os caminhões não conseguem fazer este recolhimento, o que resulta numa praia com uma infinidade de resíduos acumulados. Influenciando diretamente na poluição do mar, pois, durante a cheia, muito desses resíduos são levados para longe da linha de costa.

Figura 16 - Lixo na praia de Ajuruteua



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Dentre os diversos materiais que podem ser encontrados no lixo marinho, os derivados sólidos do petróleo (como plásticos, borracha, isopor e nylon) constituem a grande maioria (Debrot et al. 1999; Garrity & Levings, 1993; Ross et al. 1991; Thornton & Jackson, 1998). Juntamente com outras formas de poluição extremamente danosas, os plásticos compõem uma das maiores preocupações com o mar em termos de poluição marinha, por causa de suas propriedades intrínsecas como baixa densidade (que facilita sua flutuação, e conseqüente dispersão), acumulação lenta, persistência, aporte crescente com o tempo, e ampla disseminação do uso (Dixon & Dixon, 1981; Gregory, 1999b; Guia didático sobre o lixo no mar, 1997).

A presença de resíduos sólidos nas praias está diretamente relacionada a diversos fatores. Depende, no entanto, de questões complexas que envolvem desde a infraestrutura da mesma, o que engloba a existência ou não de uma eficiente coleta e destinação adequada do lixo associada a programas de reciclagem e sistemas de drenagem urbana, até aspectos menos específicos que se relacionam com o nível educacional e poder aquisitivo da população. Deve-se considerar ainda, que um grande número de pessoas não exerce os princípios básicos de cidadania e trata o espaço público como um bem que não lhe pertence isentando-se, portanto, da responsabilidade de mantê-lo limpo.

Segundo Gregory (1999b), são inúmeros os impactos causados pelo lixo persistente nos ambientes costeiro e marinho, sendo os principais: prejuízos ao turismo, atividades de lazer e recreação; perda estética; riscos para a saúde; toxicidade ecológica e química; danos aos pescadores e riscos à navegação; aprisionamento de animais e perigos de ingestão. E isso reflete diretamente na região da praia de Ajuruteua, onde muitos turistas deixam de visita-la pelo excesso de lixo, e pela grande poluição visual, fazendo inclusive ser conhecida por muitos como uma “Favela na Praia”.

4.6 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Este capítulo, teve o intuito de estabelecer relações entre a erosão costeira, as lacunas na gestão e suas consequências na comunidade pertencente a Praia de Ajuruteua – PA. Dessa forma, quando falamos de fenômenos naturais que afetam um grupo social, é mais fácil compreender este fenômeno como algo devastador do que como parte de um processo social. Dada as condições do ambiente e do rápido avanço da erosão, tem-se a dificuldade de remanejar a comunidade que vive nas zonas de risco, sem que isso afete as suas condições socioeconômicas, promovendo um ordenamento territorial ao entorno da praia que não prejudique nem os envolvidos, nem a natureza.

Há a necessidade de fazer o ordenamento das zonas costeiras do estado, não só em Ajuruteua, mas em todas as outras regiões que fazem parte do salgado paraense. E que neste ordenamento, sejam utilizadas não só ferramentas para diagnosticar o meio físico, e sim um ordenamento que inclua os processos de tomada de decisão.

A gestão costeira no estado do Pará, ainda é vista de forma superficial e pouco exploradas sendo assim, é interessante considerar a possibilidade do surgimento de novas forças de implementação e do desenvolvimento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Estas forças indutoras resultam da descrição de cenários para a zona costeira do Pará e das perspectivas de transformações aguardadas.

Segundo Viles & Spencer (1995), o reconhecimento das zonas costeiras como áreas socioambientalmente dinâmicas e, algumas vezes, naturalmente perigosas têm sido uma importante justificativa para os governos concentrarem sua atenção na compreensão e solução dos problemas existentes, principalmente, tentando implementar programas de gerenciamento integrado dessas zonas. Desta forma, é importante ressaltar a necessidade de uma maior divulgação e implementação de formas de gestão para este cenário.

5 CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS EM AJURUTEUA, BRAGANÇA – PA.

5.1 INTRODUÇÃO

As conferências ambientais¹³, na década de 70, permitiram o fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual se tornou uma questão central do mundo moderno e inseriu os temas que envolvem o meio ambiente em diversos setores da sociedade instalando um novo paradigma para a interpretação de tema ambiental.

Através deste movimento, ONG's, cooperativas, universidades e diversos outros órgãos, passaram envolver as comunidades nas tomadas de decisões. Desenvolvendo diversas metodologias participativas em busca de capacitar e empoderar as pessoas, afim de fazê-las expressar as suas ânsias e condições de vida como uma forma de proporcionar maior planejamento e organização das suas ações.

O presente capítulo utiliza-se da cartografia participativa para mapear e promover uma maior percepção ambiental dos comunitários residentes da praia de Ajuruteua. Silva (2012), afirma que o mapeamento participativo é considerado uma ferramenta metodológica poderosa para melhoria dos instrumentos de gestão, assim como banco de dados e informações dos locais. Isso, em virtude, do entendimento das percepções das comunidades tradicionais presentes nos mapas, produzidos coletivamente.

Dessa forma, a população que participa da elaboração dos mapas pode incorporar o sentimento de pertencimento nos momentos de decisões com seus conhecimentos sistematizados.

Para a praia de Ajuruteua, a elaboração deste tipo de mapa é muito significativa, principalmente pelo que foi exposto nos capítulos anteriores, referentes aos conflitos e aos problemas de gestão enfrentados. Desta forma, a participação da comunidade na elaboração de um produto que concede autonomia e desenvolve capacidades é essencial.

¹³ Estocolmo, em 1972, Eco-92 e Rio-92.

5.2 IDENTIDADE TERRITORIAL E TERRITORIALIDADES

É possível agrupar, a territorialidade em três vertentes: política, cultural e econômica; porém, na realidade ou na dinâmica territorial, várias das suas dimensões estão interligadas. Haesbaert (2009) informa que as formas mais familiares da territorialidade humana começam pela propriedade da terra, mas há outras. Os povos tradicionais usam a territorialidade (apropriação e/ou domínio do território) para delimitar a terra como abrigo e fonte de recursos. História, cultura e tradição explicam como as pessoas usavam ou usam a territorialidade e o modo como elas valorizavam ou valorizam o território. Na contemporaneidade, a identidade territorial pode ser um refúgio para populações tradicionais que sofrem exclusão.

Segundo Haesbaert (2007), território corresponde ao conceito que apreende a dimensão política ou relacionada às relações de poder. É, portanto, uma das principais dimensões do espaço geográfico, caracterizando-se por um continuum entre dominação concreta e funcional e apropriação cultural-simbólica (HAESBAERT, 2004). Para Souza (1995), a noção de poder também está associada ao território, correspondendo a um campo de forças, espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Claude Raffestin, desde os anos 1970, constrói uma argumentação em favor de uma concepção multidimensional de território e da noção de territorialidade. O território e a territorialidade ocorrem através da atuação do Estado, porém, acontecem também através de outras ações sociais, efetivadas por empresários, organizações políticas e indivíduos. É uma concepção renovada, histórica, crítica e eminentemente reticular, inspirando compreensões que podem orientar o redimensionamento de relações de poder e a elaboração de projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais.

O conceito de território que por longo período esteve ligado ao Estado – encarregado de gerenciar o território nacional – procurando legitimá-lo, pode ser liberto dessa ideologia conservadora, a par da compreensão de desenvolvimento proposta por Souza (1995, 2002), na qual a ideia de autonomia tem valor central. Entende-se por autonomia “a capacidade de um grupo de ‘dar a si próprio’ a lei”, ou seja, autogerir-se, autogovernar-se (SOUZA, 2009). A autonomia é um fenômeno tratado em duas escalas que presume a liberdade de escolha, ora individual, ora

quanto às decisões referentes a uma coletividade (SOUZA, 2002; SOUZA, 2006). Já a heteronomia significa a imposição de leis, regras e normas de uma minoria para uma maioria, de forma a caracterizar uma estrutura social assimétrica, ou seja, entre dirigentes e dirigidos (SOUZA, 2002), forma de poder predominante nos dias atuais. A autonomia territorial se dá, portanto, quando em uma coletividade onde todos se encontram em situação de igualdade diante de processos decisórios, acordem sobre as regras de organização do espaço (SOUZA, 2006).

Para Raffestin (1993) todo território implica em uma delimitação material ou imaterial. No campo concreto, representada pelos limites físicos e definida pelos atores envolvidos e no campo abstrato por meio de representações (RAFFESTIN, 1993). Tem-se assim como exemplo, os territórios de diversas comunidades, que anteriormente as delimitações realizadas pelos órgãos governamentais, já estavam fixados no imaginário dos respectivos grupos.

Além disso, conforme Raffestin (1993), as relações estabelecidas no território não se esgotam em seus limites físicos. Nesse sentido, a dinâmica territorial das comunidades na praia de Ajuruteua é um exemplo, pois a expressão de sua territorialidade supera o seu papel no território primário. Uma vez que, os comunitários também estabelecem variadas relações com o entorno da comunidade, sejam estas amistosas ou conflituosas.

As concepções multidimensionais permitem entender as produções territoriais e territorialidades vivenciadas pela comunidade. Visto que, a análise das suas relações com o território são complexas e requerem uma compreensão além do espaço concreto vivenciado e das relações políticas. Principalmente, pelo território ser também um espaço de socialização, de manifestação de cultura e fonte de recursos, numa perspectiva econômica. Assim, entende-se que no território tais dimensões perpassam-se.

Tais aspectos que norteiam o território e, conseqüentemente, os grupos que vivem nele e suas territorialidades, acabam de alguma forma influenciando, em diferenciações entre os grupos. Isto é, no surgimento de identidades, que no território adquirem o status de identidades territoriais.

5.3 CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Entende-se o conceito de cartografia participativa como uma abordagem interativa baseada nos conhecimentos das populações locais permitindo aos participantes desse processo criar seus mapas representando os elementos mais significativos para essa população (Araújo, 2017). Andrade e Carneiro (2009) afirmam a importância desse instrumento para compreensão do uso do espaço pelas comunidades, que ficam encorajadas a modelar e desenhar quais detalhes devem ser incluídos, apagados ou modificados do seu território na elaboração dos documentos cartográficos.

Para Gorayeb (2014) a participação na construção do mapa é uma forma de fortalecer a mobilização de grupos que se apropriam de uma ferramenta, a cartografia, para uso de seus interesses. E a participação dos grupos mobilizados não se restringe à confecção dos mapas, pois a partir do processo de construção destes mapas as demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar a estratégias de atuação coletiva. Cada situação de mapeamento tem seus próprios objetivos. Uma classificação possível, entre tantas outras, dos objetivos presentes nos processos de cartografia participativa realizados no Brasil, pode ser a seguinte: a) busca por legitimidade; b) busca por informações mais precisas e; c) busca pelo fortalecimento da mobilização dos grupos.

Segundo a IFAD – *International Fund for Agricultural Development* (2009) existem alguns critérios para o reconhecimento de mapas comunitários e definição do mapeamento participativo:

Definição da cartografia participativa pelo processo de produção: os mapas participativos são planejados com um objetivo comum e a participação da comunidade em um processo aberto e inclusivo é uma estratégia facilitadora do processo, pois com a participação de todos os membros da comunidade de estudo o resultado final torna-se mais benéfico por representar a experiência coletiva do grupo.

Definição de cartografia participativa pelo produto que representa a comunidade: É realizada uma seleção que mostra quais elementos serão relevantes para as necessidades e utilização da comunidade a ser representada.

Definição de cartografia participativa pelo conteúdo dos mapas que retrata locais de conhecimento e informação: Os mapas devem conter os nomes, símbolos, escalas e características baseadas no conhecimento local.

A cartografia participativa não pode ser definida pelo nível de cumprimento das convenções cartográficas formais: Os mapas participativos não necessariamente podem ser incorporados a sofisticados sistemas de informações geográficas. Devem ser vistos como uma

ferramenta eficaz de comunicação considerando que os mapas regulares buscam uma conformidade e diversidade na apresentação dos conteúdos.

(IFAD, 2009, p.24)

A cartografia participativa é interpretada como método quando não é utilizada para fins espaciais, pois apresenta-se como uma ferramenta de pesquisa para explorar as relações sociais, e sendo utilizado dessa forma, ao contrário de outros métodos de coleta, constrói relações e diálogos mais extensos entre pesquisador e pesquisado (IVR, 2010).

Esta prática teve origem no diagnóstico rural participativo, sendo uma metodologia visual dentre inúmeras outras (CHAMBERS, 2006), com o objetivo de facilitar a comunicação entre os membros da comunidade, insiders, e os outsiders, ou seja, pesquisadores, representantes de governo, etc. (RAMBALDI et al, 2006b).

A cartografia participativa é uma das formas de se perceber o ambiente, visto que este processo é proveniente de um esforço coletivo, valorizando a cooperação entre a comunidade. É importante levar em consideração o conhecimento dos agentes locais no planejamento, na conservação dos recursos naturais, no diagnóstico e ordenamento territorial, buscando assim resolver os conflitos socioambientais. (BARROS, 2012). Cada grupo social tem a competência de elaborar proposições de ordenamento a partir do momento, em que estas estejam de acordo com suas próprias concepções e sentimentos de território. Deve ocorrer, a participação de homens, mulheres, jovens, anciões, pensadores tradicionais e lideranças (BOTÍA, 2000).

Quanto à gestão de recursos naturais, as finalidades do mapeamento participativo incluem uso da terra e planejamento de recursos e gestão, conservação da vida selvagem, identificação de posses e direitos à terra, negociação de limites e usos de recursos, resolução de conflitos, e monitoramento e avaliação participativa (CHAMBERS, 2006). No entanto, a cartografia participativa tem sido utilizado para uma grande variedade de outros propósitos, dentre eles tem-se: mapeamento social, de saúde, de mobilidade, de educação, de água e saneamento, agrário, prevenção de crime, calibração e correção de um censo (CHAMBERS, 2006), desastres, ameaças, tanto sociais quanto naturais (McCALL, 2012a), espaços de perigo e felicidade para as crianças, prestação equitativa de serviços, (McCALL 2012b), etc.

A cartografia participativa considera o envolvimento de informantes-chave e fornece um meio para os participantes expressarem suas ideias em um formato visual

de fácil compreensão. Sendo assim, fortalece a capacidade em gerir e comunicar além de estimular a inovação e, encorajar uma mudança social positiva.

5.4 METODOLOGIA

5.4.1 Levantamento Bibliográfico e Cartográfico

Para a realização deste trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre cartografia participativa e utilizaram-se como referencial teórico os trabalhos do FIDA (2009, p. 1-59), Rossete e Menezes (2003, p. 1-9), Andrade e Carneiro (2009, p. 410-427), Acselrad (2008, p. 1-25) e Do Canto (2007). Os trabalhos de campo foram efetuados em cinco viagens, entre agosto de 2017 e outubro de 2018, as quais visaram conhecer o povoado e identificar suas feições e problemas, no sentido de posteriormente discutir os problemas levantados neste trabalho, do ponto de vista teórico, e adaptar a melhor técnica que se adaptasse ao mapeamento.

Através do LARC foram levantadas as bases cartográficas e imagens de satélites do projeto LandSat5 TM das bandas 1, 4 e 7, respectivas RGB (Red, Green and Blue), as quais estão disponíveis na base vetorial do IBGE e no site do INPE. Estes dados foram a base para a construção da Carta Imagem, que foi utilizada como instrumento para o mapeamento participativo e aos demais produtos cartográficos que auxiliam e são produtos deste trabalho.

5.4 Planejamento de campo e Mobilização

A primeira ida a campo ocorreu no ano de 2017, em março, onde houve uma reunião com os gestores locais para explicar o trabalho e solicitar apoio dos órgãos em parceria com o NUMA. Após esta primeira visita, ocorreram mais cinco¹⁴ viagens de campo, com fins de levantamentos e interação com a comunidade da região.

No dia 15/10/2018 realizou-se a reunião para organizar as atividades de campo e definir os locais das oficinas. Inicialmente foi definido que seriam feitas duas oficinas: Uma na praia de Ajuruteua e outra na Vila dos Pescadores. Porém, no dia da visita durante a mobilização, não houve interesse de participação dos moradores da vila dos pescadores.

¹⁴ Visitações pré campo: 2ª visita: 30/04/2017 – 3ª visita: 04/07;2017 – 4ª visita: 18/01/2018 – 5ª visita: 23/03/2018.

Como o trabalho tem o foco principal em Ajuruteua, foi designado a este apenas a limitação da praia.

No dia 18/10/2018, ocorreu a mobilização, onde houve o convite à comunidade, de participar da oficina. Ao todo, foram convidados por volta de 15 famílias, visto que a maioria das casas na praia são de veranistas os quais não residem no local.

Figura 17 - Mobilização para a participação da oficina



Fonte: Acervo da autora, 2018.

5.4.2 Cartografia Participativa – Metodologia Utilizada

A realização das oficinas de “Cartografia Participativa” ocorreu no dia 19/10/2019, na praia de Ajuruteua, município de Bragança – PA. Esta foi desenvolvida através do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFGPA), por meio do seu programa de pós-graduação (PPGEDAM) em parceria com a

Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança, que foi imprescindível no apoio logístico dos campos realizados.

Primeiramente, foi realizado um diagnóstico da comunidade, no primeiro campo, realizado em agosto de 2017, para que fosse possível enxergar a demanda e a possível realização deste trabalho com sucesso. Após o diagnóstico, o mapa base foi elaborado por um profissional especializado em geoprocessamento, neste, continha os principais rios, as comunidades e as ruas. O mapa base foi impresso em uma folha A1 e levado até a comunidade, para que estes pudessem inserir as suas especificações.

Após a cartografia da comunidade, o mapa foi reelaborado no LARC, já de acordo com as especificações inseridas pela comunidade. Após finalizado, o mapa foi entregue a comunidade para a aprovação.

5.4.3 Apresentação da metodologia à comunidade

No dia 19/10/2018 introduziu-se a cartografia participativa através da explicação do trabalho e da metodologia. Foi explanado a motivação do trabalho e como ele está estruturado, para que os comunitários pudessem se identificar com o mesmo.

Figura 18 - Introdução à cartografia participativa



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Através de imagens aéreas de drone, deu-se início a uma identificação prévia da área, para a discussão sobre os problemas e posicionamento dos comunitários.

5.4.4 Desenvolvimento da Atividade

Para a realização do Mapeamento Participativo foi utilizado um mapa base impresso em banner papel A1, este foi coberto por uma lona plástica transparentes e com pincéis anatômicos, foi possível fazer a delimitação das áreas. Também se utilizou um material de suporte (Projeter e Notebook). A atividade aconteceu no salão principal da pousada Ajuruteua, cedido pelo Líder Comunitário.

O professor Otávio do Canto, deu inicio as apresentações da equipe participante e fez um breve resumo das outras cartografias participativas já realizadas. Também apresentou uma breve introdução a alguns aspectos cartográficos e iniciou a condução da atividade, pedindo para que os comunitários comesçassem falando dos principais problemas encontrados.

O mapa foi apresentado e os comunitários tiveram um contato inicial já identificando alguns problemas e locais. O primeiro questionamento afim de instigar a comunidade a participar foi: “Quais os limites de Ajuruteua?”

Figura 19 - Realização da Cartografia Participativa



Fonte: Acervo da autora, 2018.

No mapa, foi delimitado os limites de Ajuruteua pela própria comunidade. Através desta parte da atividade, conseguiu-se identificar o que faz parte da região na visão local. Após a identificação, a delimitação foi feita e deu-se início a discussão dos principais problemas encontrados em cada setor da praia. Durante a confecção da cartografia, os comunitários setorizaram a praia em “bairros” e foi colocado em questão cada problema.

Figura 20 - Oficina de cartografia participativa realizada com os moradores da Ajuruteua - PA.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

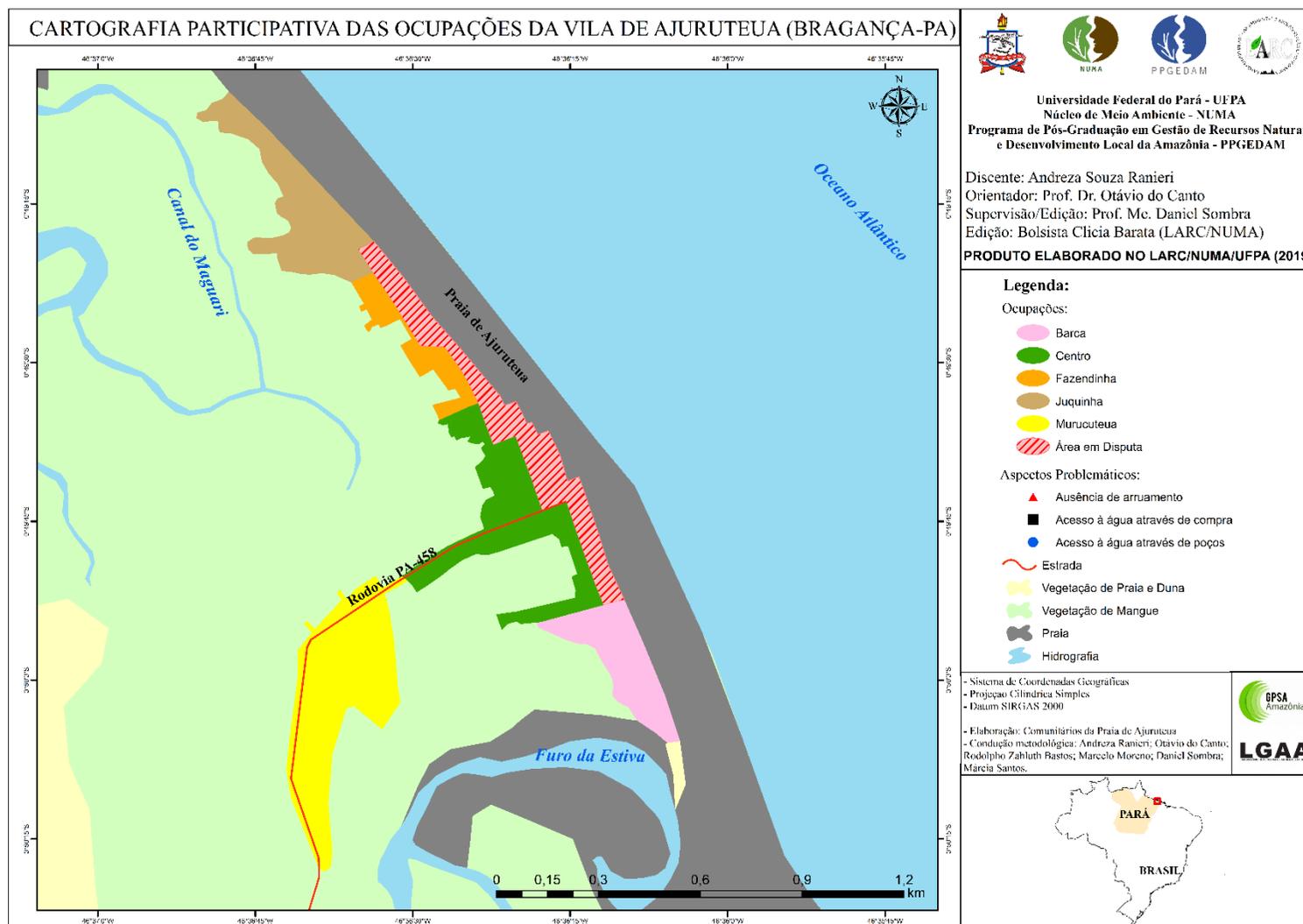
As informações do mapa foram compiladas por meio de SIG e logo após foram organizadas em um documento cartográfico, com base nos parâmetros cartográficos vigentes e sempre respeitando as características e informações obtidas pelos participantes da comunidade durante o desenvolvimento da atividade, para mante a identidade e o sentimento de participação na construção deste.

5.5 RESULTADO E ANÁLISE

Através das informações levantadas pela metodologia, foram identificados e mapeados os limites e os problemas da região. E inicialmente os moradores definiram

os “bairros” de Ajuruteua, os quais foram definidos em: Área Central, Área Murucuteua, Área de Barca, Área Fazendinha e Área Juquinha, conforme o Mapa 4.

Mapa 5 - Produto Cartográfico elaborado através da Cartografia Participativa



Fonte: LARC/NUMA/UFPA

Para os moradores, o canal é que define o limite de Ajuruteua e o primeiro debate foi sobre a Área em Discussão, onde está sendo projetada uma orla e segundo os participantes da oficina, o ministério público queria retirá-los e tornar o espaço uma área de preservação permanente, porém a permanência dos comunitários já foi acordada.

A Área em Discussão, é onde está localizada a orla de Ajuruteua, dentre as regiões da praia, esta é a que apresenta maior conflito. Principalmente o embate público com a comunidade. No dia 18/01/2018 o Ministério da Integração, empenhou¹⁵ o valor de R\$9.110.592,66 para a construção de uma nova orla. A grande questão é que o MPF aspirava retirar todos os moradores que estavam na área denominada “Área em Discussão” e transformar esta região em uma APP.

No dia 23/08/2018, várias entidades¹⁶ se reuniram para resolver a situação da orla e foi decidido que apenas a Área Juquinha seria uma APP, pelo fato de haver apenas 3 famílias que moram ali de forma permanente. A área frontal da praia, é ainda uma zona de disputa onde as decisões ainda estão sendo tomadas.

Figura 21 - Visita dos órgãos à praia de Ajuruteua



¹⁵ Empenho nº 2018NE000021

¹⁶ Ministério Público Estadual e Federal, Resex, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, ICMBio, UFPA, IFPA, UFRA, Corpo de Bombeiros e Associação dos Moradores de Ajuruteua



Fonte: Acervo da autora, 2018.

A Área Murucuteua, é composta por casas irregulares. A maioria dessas casas, são casas que foram transportadas devido à erosão, segundo os moradores, esta região é a que tem as maiores ocorrências de violência e furtos, além disso, o arruamento é precário, e o recolhimento de lixo não ocorre.

Figura 22 - Área Murucuteua



Fonte: Acervo da autora, 2018.

O problema de abastecimento de água é comum a quase todas as áreas. Atualmente essas casas são abastecidas através de caminhões pipa da prefeitura, e a falta de água é recorrente. Na Área da Barca, há muita dificuldade na questão do acesso principalmente por ser uma região muito afetada pela erosão, logo, conforme

as ruas vão se desfazendo, as casas vão ficando cada vez mais no meio das ruas, dificultando assim a passagem de carros.

Após finalização da atividade foi acordado entre os pesquisadores e a comunidade a elaboração de produto cartográfico prévio gerado a partir das informações prestadas no desenvolvimento da atividade, que será entregue numa versão digital para a comunidade.

A atividade contou com a participação de: José Rodrigues Matos, Edson Sales, José Joaquim Silva, José Pires e Emanuel José de Souza membros da comunidade.

5.6 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A cartografia participativa da praia de Ajuruteua representa um registro histórico da região que poderá sofrer, no futuro, alterações nos padrões de uso e cobertura da terra. Esse mapa também pode ser utilizado pelos moradores do povoado como instrumento de empoderamento das comunidades.

Deste modo, o mapeamento participativo contribuiu para a identificação dos moradores no território. Diante da importância dos resultados e análises do trabalho realizado, em momento oportuno, ele poderá ser retomado com finalidade de aprofundar os estudos sobre a região.

A cartografia participativa deve ser utilizada como ferramenta para representar como a comunidade percebe o seu território e as características significativas dentro do mesmo. Essas características podem incluir representações dos traços físicos naturais, assim como traços socioculturais conhecidos pela própria comunidade. Podemos refletir que o diferencial da cartografia participativa está relacionado ao fato em que não se limita a simplesmente representar o desenho geográfico, sendo possível ilustrar importantes conhecimentos sociais, culturais e históricos, incluindo, por exemplo, informações relacionadas à ocupação do uso da terra, mitologia, demografia, grupos étnico-linguísticos, padrões de saúde e distribuição da mesma.

A comunidade residente na praia de Ajuruteua, não possuía um instrumento que organizasse visualmente a região, desta forma, ressalta-se a importância da execução deste trabalho de cartografia. Principalmente pelo momento conturbado que a comunidade se encontra, onde seu território é ameaçado não só pelo evento natural

da erosão costeira, mas também pelas inúmeras proposições de reordenamento territorial advindas de diversos órgãos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região a qual Ajuruteua está inserida trata-se de um ambiente sob forte influência da dinâmica das marés, do clima de ondas e da ação dos ventos. Sendo assim, entende-se que as variações morfológicas se tornam mais relevantes e causam maiores impactos quando esses aspectos estão associados a uma forma inadequada de controle de ocupação do ambiente, que é a realidade encontrada na região.

Essa forma de ocupação, gerou e ainda gera, uma infinidade de problemas, entre eles os conflitos socioambientais, que hoje, estão latentes na praia. Os comunitários estão dentro de um embate direto com o poder público, em busca de melhorias de moradia e um possível reordenamento do território onde estes vivem e sobrevivem, visto que muitos trabalham e tiram sua fonte de renda da praia.

As análises documentais, entrevistas e visitas no local, levaram a conclusão que a praia de Ajuruteua está num abismo de esquecimento. Tanto pelo poder público quanto pelos turistas, sendo tudo isso consequência da falta de um ordenamento territorial adequado e uma gestão ambiental eficiente da região que possui muitas potencialidades.

Se tratando dos conflitos, tratados no primeiro capítulo se torna interessante a implantação de alternativas para a mediação do conflito tais como: maior transparência, diálogo e decisões conjuntas; definir práticas de gestão coletivas; promover ações educativas de sensibilização e mobilização; sobrepor ações coletivas sobre interesses pessoais; reativação de instâncias de governança; fortalecer alianças entre a comunidade local, diminuindo a segmentação entre nativos e forasteiros.

Também se faz necessário promover campanhas de educação ambiental aos frequentadores e moradores da praia, como visto no segundo capítulo, o problema com resíduos sólidos é de grande representatividade na região, por dois motivos principais: a) a coleta de lixo é precária e ocorre de forma superficial; b) tanto os moradores quanto os banhistas não possuem o hábito de dar um destino final ao

resíduo que produz. Dessa forma, as campanhas de educação ambiental são importante principalmente por proporcionar a conscientização da população quanto a importância da preservação e conservação dos recursos naturais e de que forma o homem pode contribuir para a permanência do meio ambiente harmônico e com menos degradações.

Ainda visto no segundo capítulo, Ajuruteua sofre com um problema de competências de gestão, atualmente, não existe um órgão inteiramente responsável pela praia o que acaba gerando um conflito de competências, e influenciando diretamente na comunidade que vive na região, já que nem eles sabem de quem é a total responsabilidade da praia.

O terceiro capítulo firma o objetivo deste trabalho, ao criar um produto como subsidio tanto à gestão pública da região quanto para a comunidade a mostrando-se como um instrumento de gestão facilitador e intermediador de problemas sociais e/ou ambientais entendendo as dinâmicas do território e os costumes da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALVES, M.A.M.S. **Caracterização Sedimentológica e Geomorfológica da Plataforma e Parte Superior do Talude Continental do Estado do Pará**. 1999, 114f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geologia) – Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.
- ALVES, M.A.M.S. **Morfodinâmica e Sedimentologia da Praia de Ajuruteua, Nordeste do Pará**. 2001, 104f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.
- ALVES, A.J; RIBEIRO R.M. **Conflitos socioambientais e desenvolvimento turístico em zonas costeiras: o caso da Praia da Pipa, Brasil**. Journal of Integrated Coastal Zone Management / Revista da Gestão Costeira Integrada 17(2):151-161 (2017).
- ANDRADE, Ericka Delania Veríssimo de; CARNEIRO, Andréa Flávia Tenório. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo**. Boletim Ciências Geodésia, Sec. Artigos, Curitiba, v. 15, n. 3. p. 410-427, jul./set. 2009.
- ANGULO, R. J. **Aspectos físicos das dinâmicas de ambientes costeiros, seus usos e conflitos**” In. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10p, p. 175-185, jul/dez 2004. Editora UFPR p.175 – 176.
- ARAÚJO, F.E; ANJOS R.S; FILHO, G.B. **MAPEAMENTO PARTICIPATIVO: CONCEITOS, MÉTODOS E APLICAÇÕES** Bol. geogr., Maringá, v. 35, n. 2, p. 128-140, 2017.
- ARAÚJO, S. M. V. G. **As Áreas de Preservação Permanente e a Questão Urbana**. Brasília: Edições Câmara, 2002.
- BARROS, J.R.. **A percepção ambiental dos quilombolas kalunga do engenho e do vão de almas acerca do clima e do uso da água** . Ateliê Geográfico, Goiânia,

GO, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/21980>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, **Resolução nº 303**, de 20 de março de 2002. – In: Resoluções, 2002. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>> Acesso em: 04 de outubro de 2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, **Resolução nº 341**, de 25 de setembro de 2003. – In: Resoluções, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/res34103.xml>.> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

BRASIL. Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988, instituiu o **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)**. Brasília, 16 de maio de 1988.

BRASIL. **LEI Nº 12.608, de 10 de abril de 2012.**, instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Brasília, 10 de abril de 2012.

BRASIL. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**. Ministério do Meio Ambiente. 2009.

BRITO, D.C.B *et al*; **Conflitos socioambientais no século XXI**; PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 4, p. 51-58, dez. 2011

CANTO, O. do; **Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora ALCOA e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti - Pará - Amazônia - Brasil**. Porto Alegre: Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. 2012.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: editora HUCITEC, 1996;

CARVALHO, E. A. (2000). **Impactos Ambientais na Zona Costeira: o caso da Estrada Bragança – Ajuruteua, Estado do Pará**. Universidade de São Paulo – Programa de Pós – Graduação em Ciências do Ambiental (PROCAM). São Paulo: Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, I. et al. Roteiro Metodológico. In **Conflitos Sócioambientais no Brasil**. Vol I, CARVALHO, Isabel Cristina de Moura & SCOTTO, Gabriela.org. Rio de Janeiro. IBASE; 1995.

CASTELLI, G. **Análise e organização**. Porto Alegre, Editora: Livraria Sulina, 1975.

CHAMBERS, R. **Who Counts? The Quiet Revolution of Participation and Numbers**. IDS Working Paper 296. Institute of Development Studies, University of Sussex Brighton, UK. 45p. 2007.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

Descobrimento, Litoral Sul do Estado da Bahia, Brasil. Revista de Gestão Costeira Integrada, 2008.

DIAS, J. (2005) – **Evolução da Zona Costeira Portuguesa: Forçamentos Antrópicos e Naturais** – Encontros Científicos, 2005.

EL-ROBRINI, M.; ALVES, M.A.M.S.; SOUZA FILHO, P.W.M.; EL-ROBRINI, M.H.S.; SILVA JÚNIOR, O.G.; FRANÇA, C.F. **Atlas de Erosão e Progradação da Zona Costeira do Estado do Pará - Região Amazônica: Áreas Oceânica e Estuarina**. In:

FIDA, Fundo Internacional de Desarrollo Agrícola. **Buenas prácticas en cartografía participativa**, 2009. Disponível em: <http://www.ifad.org/pub/map/pm_web_s.pdf> Acesso em: 15/ 11/2018.

FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008

Gestão Pública para um Brasil de todos: **Um plano de gestão para o governo lula. Secretaria de Gestão**. Brasília / MP, SEGES, 2003

GOMES, F.V. **A Gestão da Zona Costeira Portuguesa**. Faculdade Engenharia da Universidade do Porto, Revista da Gestão Costeira Integrada 7(2):83-95 (2007).

GORAYEB A. **Cartografia social e populações vulneráveis: oficina do eixo erradicação da miséria**. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>. Acesso em: mar 2016.

GREGORY, M.R. 1999 (b). **Plastics and South Pacific Island shores: environmental implications**. OCEAN & COASTAL MANAGEMENT 42: (6-7) pp 603-615.

GUIMARÃES, D. O. **Aspectos socioambientais da praia de Ajuruteua**, Bragança-PA: Subsídio para o gerenciamento costeiro integrado. Belém: UFPA, 2005.

HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das**

identidades). In: Araujo, F. G. B e Haesbaert, R. (Orgs). Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS. 2007. 136p.

HAESBAERT, R. **O Espaço na Modernidade**. In: _____. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2009. 2ed. 186 p.

IFAD, International Fund for Agricultural Development. **Good practices in participatory mapping: a review prepared for the International Fund for Agricultural Development** (IFAD). Italy: IFAD; 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). **Censo Demográfico - 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 15 de novembro de 2016, disponível em: <www.ibge.gov.br>

IVR - INSTITUTE FOR VOLUNTEERING RESEARCH. **Using participatory mapping to explore participation in three communities – Pathways through Participation**. 2010.

KOERNER, K. F.; OLIVEIRA, U. R.; GONÇALVES, G. **Efeito de estruturas de contenção à erosão costeira sobre a linha de costa: Balneário Hermenegildo, Rio Grande do Sul, Brasil**. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v. 13, n. 4, p. 457-471, 2013

KULLENBERG, G. **Contributions of marine and coastal area research and observations towards sustainable development large coastal cities**. *Ocean & Coastal Management*, 2001.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável / André Aranha Corrêa do Lago**. – Brasília : FUNAG, 2013. 202 p.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: Racionalidade Ambiental e Democracia Participativa, Desenvolvimento Sustentável**, Blumenau, SC: Editora da FURB 2000.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.). **A “ambientalização” dos conflitos sociais; participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

LITTLE, P. E. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política**. (Org.) BURSZTYN, M. In: *A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.

- LITTLE, Paul E. **A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas.** *Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas)*. Indaiatuba, Maio de 2004. <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>
- LUTZ, W.; PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W.C. Introduction. In: LUTZ, W.; MANESCHY, M. C. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada.** Belém: UFPA. CFCH,1993.
- MCCALL, M. K. **Applying Participatory-GIS and Participatory Mapping to Participatory Spatial Planning (in particular to Local-level Land & Resources Management) utilising Local & Indigenous Spatial Knowledge: a bibliography.** 2012a. Disponível em: < http://www.ppgis.net/pdf/pgis_psp_lks_biblio_nov2012.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.
- MCCALL, MICHAEL K. **Seis Pasos en Sistemas de Información Geográfica Participativa en Comunidades.** Morelia: CIGA-UNAM, Análisis del Potencial de Provisión de Servicios Ambientales desde el Manejo Comunitario del Paisaje, Reporte Técnico, PAPIITIN307710. 2012b
- McLachlan, A.; Defeo, O.; Jaramillo, E.; Short, A. **Sandy beach conservation and recreation: Guidelines for optimising management strategies for multi-purpose use.** *Ocean & Coastal Management*, 71, 256-268, 2013. doi: 10.1016/j.ocecoaman.2012. 10.005
- MEDEIROS, M.; NASCIMENTO, E. (2010) - **Turismo, unidade de conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): O caso da comunidade da Vila do Aventureiro.** *Caderno Virtual de Turismo (ISSN: 1677-6976)*, 10 (3): 46-60, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível on-line em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/445/255>>
- MUEHE, D. (Org.). **Atlas de Erosão e Progradação da Zona Costeira Brasileira.** 1ªed. São Paulo. 2006, p. 1-34.
- MUEHE, D. **Erosão e progradação do litoral brasileiro.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006
- MUEHE, D. **Geomorfologia costeira.** In: CUNHA, Sandra B. da; GUERRA, Antonio J. T. (Org.). **Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.191-23

NICHOLS, K.E. & CORBIN, C. 1997. **Community based approach to beach management**. In: CAMBERS, G. (ed) *Managing Beach Resources in the Smaller Caribbean Island*. Porto Rico, UNESCO. P. 237-247.

Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO. **Manual para la medición del progreso y de los efectos directos del manejo integrado de costas y océanos**. Manuales y Guías de la COI, 46; Dossier ICAM, 2. Ecuador, UNESCO, 2009.

OTÍA, C. Z. Introducción. In: VIECO, J.J.; FRANKY, C.E.; ECHEVERRI, J. A. **Territorialidad Indígena y Ordenamiento em la Amazonia**. Santafé de Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, UNIBIBLOS, 2000. p.13-17

PEREIRA, L. C. C. et al. **The influence of the environmental status of Casa Caiada** Pereira, L.C.C., Guimarães, D.O., Costa, R.M. & Souza-Filho, P.W.M. (2007) - **Use and Occupation in Bragança Littoral, Brazilian Amazon**. *Journal of Coastal Research*., SI50:1116-1120.

PHILLIP JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. **Uma introdução a questão ambiental**. In: PHILIPPI, A. Jr, ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Orgs.) *Curso de Gestão Ambiental*. Barueri: Manole, 2004

PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W.C. (eds.). In: **Population and Environment: methods of analysis**. A suplement to Vol. 28, *Population and Environment Review*, 2002, p.1-21

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: ____ (org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998. P.1-7.

RAMBALDI, G.; KYEM, P. A. K.; McCALL, M. K.; WEINER, D. (b) **Participatory spatial information management and communication in developing countries**. *The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries*. EJISDC. v. 25. n. 1. 2006b. p. 1 – 9.

RIBEIRO, R. F. Introdução à questão metodológica. In: DIEGUES, A. C. S. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. (Debates)

RODRIGUEZ, J. J. e WINDEVOXHEL, N. J. **Análisis Regional de La situación de La zona marina costera Centroamericana**. BID, Washington D. C. No – ENV 121, 1998.

ROSSETE, Adeline Carvalhaes; MENEZES, Paulo Márcio Leal de. **Erros Comuns na Cartografia Temática**. In: Congresso Brasileiro de Cartografia, 11., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2003.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M.N.S.S; MOREIRA, A. M. **Análise das diferentes formas de uso da terra na praia de Ajuruteua, Bragança- PA**. IIº Seminário Nacional Espaços Costeiros, Bahia, 2013.

SILVA, I. R. **Subsídio para a Gestão Ambiental das Praias da Costa do**

SILVA, S.R. **Comunidades Quilombolas e a política ambiental e territorial na Mata Atlântica**. Geografia em questão, Paraná, 2012. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4967/4938>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SOUZA FILHO, P. W. M.; PARADELLA, W. R. **Recognition of the main geobotanical features along the Bragança mangrove coast (Brazilian Amazon Region) from Landsat TM and Radarsat-I data**. Wetlands Ecology and Management, v.10, p. 123-132, 2002.

SOUZA FILHO, Pedro Walfir Martins. **Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos**. Rev. Bras. Geof., São Paulo , v. 23, n. 4, p. 2005. Disponível em

:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102261X2005000400006&lng=en&nrm=isoa>. acesso em 17 Nov. 2017.

SOUZA, C.R de G. (2009) – **A Erosão nas Praias do Estado de São Paulo: Causas, Consequências, Indicadores de Monitoramento e Risco**. In: V.L.R. Bononi & N.A. Santos Júnior (orgs.). “Memórias do Conselho Científico da Secretaria do Meio Ambiente: A Síntese de Um Ano de Conhecimento Científico Acumulado”. Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. (ISBN 978-85-7523-025-1).

SOUZA, M. L. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, M. A., SPOSITO,

E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57 – 72.

SOUZA, M. L. **A Prisão e a Ágora: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560p.

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, I. et. al. (Orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1995

WANDERLEY, L.J.M; **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia**; Tese (Doutorado) Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGG/UFRJ, 2008.

Williams, A.T; Micallef, A.(2011). **Beach Management: principles and practice**. 480p., Earthscan Ltda, London, U.K. ISBN: 978-1849713078.

ZHOURI. A.; LACHEFSKI,K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

APENDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - COMUNIDADE

Roteiro de Entrevista

Entrevista com a comunidade

Nº _____ Local da Entrevista: _____

1. Informações sobre o morador:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado de origem do informante:

Estado civil:

Idade:

Sexo:

Tempo de moradia da família nesta comunidade:

Por que a família veio morar nesta comunidade:

Local da última moradia:

Escolaridade do informante:

Número de pessoas residindo na habitação:

Ocupação do informante e das pessoas que ali residem:

2- Informações sobre a comunidade

Participa de alguma liderança?

Já teve a casa demolida alguma vez?

Já perdeu parte da casa pela força da erosão?

Onde a maioria da população desta localidade trabalha, ocupação (informal, formal)?

Locais frequentados para se divertir: na comunidade/ no bairro, outros/qual

Espaços/ lugares/ prédios considerados importantes pelos moradores. Por que são importantes.

Lê algum jornal, qual? Meios de comunicação existentes na comunidade. (Pertence a alguma rede social?; ouve algum rádio comunitário?

Quais as pessoas e/ou organizações que considera atuantes na comunidade.

Que mudanças importantes ocorreram neste local nos últimos 5 anos?

Quais os fatos que mais marcaram a história desta comunidade?

Como você gostaria que fosse a sua comunidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – GESTORES

Roteiro de Entrevista

Entrevista com a secretaria municipal de meio ambiente

Nº _____ Local da Entrevista: _____

Quais as ações implantadas pelo órgão sobre o problema encontrado em Ajuruteua?

Qual a relação do órgão com a comunidade?

Qual a estrutura do sistema de gestão do órgão?

Há alguma perspectiva em relação a elaboração plano municipal de gerenciamento costeiro do município?

O município possui alguma ação integradora que envolva os outros municípios costeiros?

ATENDIMENTO					
Prog.	G. Alvo	Ativid.	Serviço	IDADE	DIAGNOSTICO, PRESCRIÇÃO, TRATAMENTO E EVOLUÇÃO
09		Cy		16c	Cliente refere dor no baixo ventre e comensal quietel ehaa Sanguado tipo prudo cat. muito vaginal Creu
20	12	99	CE	16a	Usuária refere dor de cabeça fraqueza comensal de agudo associado de dor atido. <small>Dr. Francineide G. da Silva Médica CRM-PA 4675 CPF: 211.207.590-71</small> Safafrance
28	01	00	VD	16a	Usuária s/ queixas. Orientada qd a imp. das imunizações p/ sua filha menor. <small>Francineide G. da Silva CIC: 101.562.592-40 COREN 82.498</small> Safafrance
					X Telma Maxia Rodrigues

TRATAMENTO: Especificar o tipo conforme exigência de cada Programa: Ex: Pm Sanitária, Der. Sanitária, Saúde Mental, Câncer C. Uterino, D. Sexualmente Transmítida, Saúde Dental, conforme orientação das Coordenações respectivas.

20					x dan em baixo ventre + comensal vaginal (p/rido + pruido) + eliminação de coágulos. Coágulo Não menstrua desde o última ca. não p/3. mt com concepção. EF = Casada, abd = Halbrim ⊕. ACP = 0h
----	--	--	--	--	--

TRATAMENTO: Especificar o tipo conforme exigência de cada Programa: Ex: Pm Sanitária, Der. Sanitária, Saúde Mental, Câncer do C. Uterino, Doença Sexualmente Transmítida, Saúde Dental, conforme orientação das coordenações respectivas.

UNIDADE						
PRONTUÁRIO DO CLIENTE - CONTINUAÇÃO					NÚMERO DO PRONTUÁRIO	
NOME:						
ATENDIMENTO					IDADE	DIAGNÓSTICO, PRESCRIÇÃO, TRATAMENTO E EVOLUÇÃO
DATA	Prog.	G. Alvo	Ativid.	CID		
2 10 03						ID = Escabiose + Vulva-cálginate + Otracomevstend Cd = HMG / PPF / Urina / teste de grãos de + Benzato de Benzil.
22 10 03					20c	Tricloro ex Hb = 12.4 Eos = 13% teste de grãos de negado PAS = OK De los gran no grão na grão ca regre Cd = cream vaginal + Neolunice para de. ID = Vulva cálgine + Impetigo + Parasitolox
26 02 04			VI)		20a	Entulque está sus. Orientado. Dr. Francineide Silveira COREN-62.498 CPF: 101.562.582-45
23 06 04			VI)		20a	Paciente sem queixas no mo- mento. cond: Orientado Dr. Rosa Regina MEDICINA CRM 7551
14 0 0						Dr. ... Dr. ... Dr. ...

TRATAMENTO: Especificar o tipo conforme exigência de cada Programa. Ex.: Pm Sanitária, Der. Sanitária, Saúde Mental, Câncer do C. Uterino, Doença Sexualmente Transmitida, Saúde Dental, conforme orientação das coordenadoras responsáveis.

Dr. José Maria A. de Jesus Junior
MÉDICO

UNIDADE

PRONTUÁRIO DO CLIENTE - CONTINUAÇÃO

NÚMERO DO PRONTUÁRIO

NOME:

ATENDIMENTO					IDADE	DIAGNÓSTICO, PRESCRIÇÃO, TRATAMENTO E EVOLUÇÃO
DATA	Prog.	G. Alvo	Ativid.	CID		
2 10 03						ID = Escabiose + Vulva-cálgine + Otrase mentad Cd = HMG / PPF / Urine / teste de gravidez + Benzato de Benzila.
22 10 03					20a	Tereve ex Hb = 12,4 Eos = 13% teste de gravidez negad PAS = OK Nódulos gran no genital na gravidez negad Cd = cream vaginal + Neomunice pomu de. ID = Vulva cálgine + Impetigo + Parosilox
26 02 04			VI		20a	Antiqua exatã SUS. Orientada.
23 06 04			VI		20a	Paciente sem queixas no momento cond: Orientada
14 01 05						OT: Per / Prostatas Per: Per / Prostatas G. Per / Prostatas Per / Prostatas

TRATAMENTO: Especificar o tipo conforme exigência de cada Programa. Ex.: Pm Sanitária, Der. Sanitária, Saúde Mental, Câncer do C. Uterino, Doença Sexualmente Transmida, Saúde Dental, conforme orientação das coordenações respectivas.

Dr. Francineide Silve
 COREN: 42.498
 CPF: 101.562.582-45

Dr. Maria Helena de C.
 MEDICINA
 CRM 7551

Dr. José Maria A. de Sousa Junior
 MEDICINA
 CRM 110

CNS Nº 90053677180-0008-1
PRONTUÁRIO DE CLIENTE

Nome: FERNANDA CAROLINE RODRIGUES JOUZA Número: 04-117-03
 Data de Nascimento: 25/06/95 Sexo: F Estado Civil: _____ Profissão: _____
 Nome do Pai: PAULO LOPES
 Nome da Mãe: JELMA MARIA RODRIGUES SAUSA
 Município: BRAGANÇA Endereço: (rua, nº bairro) _____

Clientela: _____ Beneficiário: _____
 ÓBITO: _____ Data: 1/1/ Causa: A _____ B _____ C **SISVAN**

DATA	ATENDIMENTO				IDADE	DIAGNÓSTICO, PRESCRIÇÃO, TRATAMENTO E EVOLUÇÃO
	Prog.	G. Alvo	Ativid.	Serviço		
17 08 99			CM		1m	Pop: 3.900g Erreite <u>infectado</u> Sudo pupal há 1 semana Col. Redoxon folas + m fole folas Dr. Betânia de Araújo Costa Médica CRM-PA: 6075 CPF: 271.207.592-77
17 08 99					4m	* Jelma maria Rodrigues
17 08 99					1m	Feito aeroseal - Suelo
25 08 99					2m	Feito j: pulco + j: d: r + - Suelo
22 09 99					3m	Feito 20 Hepalite - Suelo
27 10 99			VD		4m	Feito superisad em danielillo Francineide G. da Silv. CIC: 101.582.592-40 Gula Phaulle
27 10 99					4m	Feito 2: polio - Suelo

OBS: Especificar os diagnósticos como: Provisório (P), Novo Confirmado (NC), Readmitido (R), Transferido (T) e Sub-Sequente (SS), e as classificações requeridas por cada programa.

SESPA

						no caso + inapetência fca Não realizou os exames soli citados na consulta anterior. ID: Escabiose + Parasitose. ed: Benzolato de Benzilca. PPP Hemograma Inibente de enzime
TRATAMENTO: Especificar o tipo conforme exigência de cada Programa: Ex.: Pm Sanitária, Der. Sapêria, Saúde Mental, Câncer do C. Uterino, Doença Sexualmente Transmitida, Saúde Dental, conforme orientação das coordenações respectivas Sda Mary						

ANEXO II

Ofício Nº 155/2018-MP/ 3ºPJB

LURDES


 MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Promotoria de Justiça de Bragança

Ofício nº155/2018-MP/3ºPJB

Bragança, 12 de julho de 2018.

Ao Senhor

Tarciso Santos

Ajuruteua

Bragança - Pará

Senhor Luiz do Lurdes

Cumprimentando-o, venho perante V.Sa informar que durante o ano de 2016 e 2017 o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado através da 3ª PJ de Bragança e a Secretaria de Patrimônio da União, entre outros órgãos, realizaram audiências públicas e diversas reuniões com os representantes das associações dos moradores e comerciantes de Ajuruteua, inclusive ocorreu uma audiência judicial na Justiça Federal Subseção Castanhal, portanto nas ocasiões foram dirimidas qualquer dúvida sobre as obrigações legais de comerciantes e moradores, estando tudo devidamente documentado, não bastasse os obrigações as obrigações legais.

Portanto, os comerciantes da Praia de Ajuruteua precisam possuir alguns documentos para desenvolver suas atividades. Neste contexto, solicito, no prazo improrrogável de 3 (três) dias, o envio de cópia dos seguintes documentos: 1) Alvará da Prefeitura; 2) Alvará da DPA; 3) Licença da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Licença e laudo do Corpo de Bombeiros; 4) declaração com fotos que não se encontra na "linha vermelha" (a linha vermelha



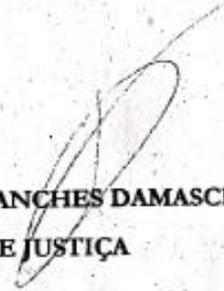
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Promotoria de Justiça de Bragança

enseja a necessidade de imediato desfazimento das edificações) e 5) licença da Vigilância Sanitária; autorização de uso do solo pela SPU.

Lembra-se que a inexistência dos referidos documentos ensejam a caracterização de funcionamento clandestino do estabelecimento, pois as margens das obrigações legais, o que impõe a necessidade de imediato embargo pelos órgãos competentes. O não envio da documentação no prazo concedido será compreendido pelo órgão ministerial como inexistência de documentação e será adotado os procedimentos legais, inclusive de embargo do comércio através da via administrativa como enseja a legislação pátria.

Atenciosamente,


BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO
PROMOTOR DE JUSTIÇA

ANEXO III

Decisão Judicial



Poder Judiciário do Estado do Pará

Decisão

Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Associação dos Moradores da Praia de Ajuruteua contra ato do Promotor de Justiça desta Comarca.

Segundo o impetrante, os proprietários de estabelecimentos (bares, restaurantes e pousadas) localizados na praia de Ajuruteua, no dia 12/07/2018 foram notificados pelo impetrado para apresentarem os respectivos alvarás de funcionamento, no prazo de três dias, sob pena de interdição de estabelecimentos.

No entanto, aduz o impetrante que em razão das modificações causadas pela natureza, os estabelecimentos estão sendo impedidos da obtenção de alvará, situação que já teria sido objeto de audiência pública realizada na Justiça Federal Subseção Castanhal para tentar resolver a situação.

Requer, em pedido liminar, a suspensão do ato impugnado, requerendo-se um prazo de sessenta dias para que se regularizem os estabelecimentos.

É o breve relatório.

Verifico, num exame perfunctório, que a situação dos estabelecimentos comerciais situados na Praia de Ajuruteua, já vem sendo acompanhada pela Superintendência do Patrimônio da União - SPU/PA, além de estar judicializada na Justiça Federal.

É certo que no Estado Democrático de Direito deve prevalecer o princípio da legalidade, o bem coletivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos, razão pela qual a SPU/PA tem envidado esforços no sentido de firmar Termo de Compromisso para o uso da praia referenciada, respeitando-se a liberdade, o livre comércio, bem como a segurança física e

jurídica dos que frequentam a praia de Ajuruteua, conforme se verifica pelo Ofício nº 003/2018-GAB/SPU/PA encaminhado ao Secretário de Segurança Pública do Estado, em que se propõe a formalização de acordo de Cooperação Técnica entre a SPU e a Gestão Municipal de Bragança, sugerindo ainda que tudo seja encaminhado à Justiça Federal de Castanhal.

Além disso, a SPU/PA, segundo o documento referenciado, autorizou a manutenção do funcionamento dos empreendimentos até o final do mês de julho/2018.

Destaca-se que, no caso, de bens de uso comum do povo, tais como a Praia de Ajuruteua, a qual pertence à União, nos termos do art. 11 da Lei 9.636/98, a competência para fiscalizar os bens pertencentes à União, aí incluídos os bens de uso comum do povo, é da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, vejamos:

Art. 11. Caberá à SPU a incumbência de fiscalizar e zelar para que sejam mantidas a destinação e interesse público, o uso e a integridade física dos imóveis pertencentes ao patrimônio da União, podendo, para tanto, por intermédio de seus técnicos credenciados, embargar serviços e obras, aplicar multas e demais sanções previstas em lei e, ainda requisitar força policial federal e solicitar o necessário auxílio da força policial federal e solicitar o necessário auxílio de força pública estadual.

A praia de Ajuruteua é um dos principais balneários do Estado do Pará, e os comerciantes que ali trabalham, têm no mês de julho como o mais lucrativo. Assim, o encerramento brusco das atividades, além de causar prejuízo de monta aos comerciantes, pois dependem da exploração de sua atividade para garantir seu sustento, principalmente nesta época do ano e em um final de semana notório fluxo de turistas em virtude de eventos festivos na cidade, irá gerar grande frustração aos visitantes do balneário, o qual fica distante mais de 30 km da sede da cidade, que não poderão usufruir dos serviços oferecidos pelos comerciantes locais.

Além disso, o prazo irrazoável concedido pelo impetrado para regularização da situação, não é medida dotada de razoabilidade, que é um dos princípios que deve reger a Administração Pública, razões pelas quais, em sede de ponderação de valores, entendo que deve prevalecer o direito social ao trabalho e o direito ao lazer da população.

Diante do exposto, por considerar presentes os requisitos da liminar pleiteada, concedo liminarmente a segurança para suspender o ato impugnado para que se garanta o funcionamento dos estabelecimentos comerciais representados pelo impetrante até o final do mês de julho/2018.

Intimem-se

Dê-se ciência desta decisão à Polícia Civil e à Polícia Militar do Estado do Pará.

Cumpra-se.

Notifique-se a autoridade coatora para prestar informações no prazo legal.

Esta decisão servirá como mandado.

Cintia Walker Beltrão Gomes

Juíza de Direito

ANEXO IV

Ata de criação da associação de moradores de Ajuruteua

PRESIDENTE: EMANUEL JOSÉ DE SOUSA

1

AJURUTEUA 18 DE DEZEMBRO DE 1991



AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1991, ÀS 20:30 H (VINTE HORAS E TRINTA MINUTOS) FOI REALIZADA A ABEROURA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA PRAIA DE AJURUTEUA, ONDE SE FEZ UM RESUMO DE ENCONTROS ANTERIORES, DOS QUAIS SE ORIGINOU A MESMA.

A PAUSA DA REUNIÃO TEVE OS SEGUINTESS ASSUNTOS:

ELEIÇÃO DA DIRETORIA (PROVISÓRIA)
 OFÍCIO PARA O GOVERNO DO ESTADO SOLICITANDO:
 A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA
 A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE
 A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO POLICIAL (DELEGACIA)

A ELEIÇÃO TEVE INÍCIO ÀS 21:30 H (VINTE UMA HORAS E TRINTA MINUTOS), DISPUTARAM O CARGO DE PRESIDENTE TRÊS MEMBROS DA COMUNIDADE; SÃO ELÉS:

1º - FRANCISCO RAMALHO REIS (RAMALHO)
 2º - ADARNILSO RAIMUNDO BARBOSA ARAUJO (NILSO)
 3º - JOSÉ CARLOS DE SOUSA (CARLITO)

A ELEIÇÃO OCORREU NORMALMENTE E OS VOTOS FORAM APURADOS NO FINAL DA MESMA, OS RESULTADOS FINAIS SÃO:

P/PRESIDENTE		P/VICE PRESIDENTE	
1º NILSO	20 VOTOS	1º CARLITO	15 VOTOS
2º CARLITO	16 VOTOS	2º CHICO	08 VOTOS
3º RAMALHO	11 VOTOS	3º RAMALHO	06 VOTOS

FOI ELEITO PARA O CARGO DE PRESIDENTE O SR. ADARNILSO R. B. ARAUJO E PARA VICE PRESIDENTE O SR. JOSÉ CARLOS DE

LIVRO ATAS 37-A - 100 FOLHAS - CÓDIGO 12.059

ANEXO V

Relatório Técnico do Ministério Público



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

Inquérito Civil Público n. 1.23.000.001350-2015-28

Requerente: Procuradoria da República no Estado do Pará - PR/PA

Destinatário: Prefeitura Municipal de Bragança

RECOMENDAÇÃO Nº 1/2016/GAB04

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos artigos 127, *caput*, 129, incisos II e VI, da Constituição da República, artigos 1º, 2º, 5º, incisos III, “e”, IV e V, 6º, incisos VII, “a” e “d”, e XX, e 8º, inciso II, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de conformidade com a Constituição Federal, artigos 127, *caput*, e 129, incisos II e VI, e Lei Complementar 75/93, artigo 5º;

CONSIDERANDO que dispõe o art. 129, inciso II, da Constituição Federal ser função institucional do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando a melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o

respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC 75/93, art. 6º, XX);

CONSIDERANDO a existência, nesta Procuradoria da República, do Inquérito Civil Público nº 1.23.000.001350-2015-28, instaurado para apurar o processo de erosão que vem ocorrendo na praia de Ajuruteua, localizada no Município de Bragança;

CONSIDERANDO que Corpo de Bombeiros já identificou imóveis com risco de desabamento na referida praia ;

CONSIDERANDO que, em março de 2015, o Serviço Geológico do Brasil - CPRM, divulgou relatório no qual aponto a existência de várias construções com risco iminente de desabamento, por estarem localizadas na primeira linha de ocupação da referida praia;

CONSIDERANDO as oficinas do projeto orla, realizadas em novembro e dezembro de 2015, em Bragança, nas quais se apontou a urgência na tomada de medidas para resguardar a vida dos moradores e frequentadores do local;

CONSIDERANDO os estudos realizados pela Universidade Federal do Pará - UFPA e Universidade Rural da Amazônia, apontando a ocorrência do aludido fenômeno;

CONSIDERANDO os episódios ocorridos na semana passada, em que algumas construções desmoronaram em razão da ação da maré;

CONSIDERANDO as informações colhidas em reunião realizada na data de hoje, nesta Procuradoria da República, com a presença de representantes dos moradores do local, professores que estudam o fenômeno e órgãos públicos;

CONSIDERANDO a proximidade do feriado de carnaval,

momento em que há relevante aumento na quantidade de turistas frequentando a praia;

CONSIDERANDO que o mês de fevereiro é caracterizado pela ocorrência de grandes marés e elevado índice pluviométrico, aumento o risco de episódios de desabamentos;

CONSIDERANDO que, conforme informações disponibilizadas pela Marinha do Brasil está prevista para a terça-feira de carnaval a maior maré de todo o mês de fevereiro;

CONSIDERANDO a necessidade de tomada de medidas urgentes para resguardar a vida e saúde de todos;

RESOLVE:

RECOMENDAR

à Prefeitura Municipal de Bragança, na pessoa do Prefeito NELSON MAGALHÃES, que adote providências no sentido de:

a) realizar o imediato embargo das construções que tenham sido apontadas pelo relatório da CPRM como em situação de risco de desabamento iminente e que, ainda que não estejam no relatório, que se encontrem em tal estado;

b) que, caso existam residências em tal situação, seja providenciado o abrigo dos moradores em condições adequadas;

c) que, durante o feriado de carnaval, de 6 a 10 de fevereiro, haja monitoramento presencial permanente do cumprimento da medida;

d) que se assegure que os frequentadores da praia não sejam expostos ao risco gerado pelas construções em situação precária, procedendo-se ao

isolamento destas.

Estabeleço o prazo de 48 (quarenta e oito) dias, contados do recebimento desta recomendação, para a implementação das medidas objeto da presente recomendação.

Belém, 3 de fevereiro de 2016.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE
Procurador da República